

Pasquinagem e sátira na imprensa rio- grandina





CONSELHO EDITORIAL/CIENTÍFICO

Alvaro Santos Simões Junior

- Universidade Estadual Paulista – Assis -

António Ventura

- Universidade de Lisboa -

Beatriz Weigert

- Universidade de Évora -

Carlos Alexandre Baumgarten

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -

Ernesto Rodrigues

- CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco Gonzalo Fernandez Suarez

- Universidade de Santiago de Compostela -

Francisco Topa

- Universidade do Porto -

Isabel Lousada

- Universidade Nova de Lisboa -

João Relvão Caetano

- Cátedra CIPSH de Estudos Globais (CEG) -

José Eduardo Franco

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Maria Aparecida Ribeiro

- Universidade de Coimbra -

Maria Eunice Moreira

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul –

Maria Cristina Firmino Santos

- Universidade de Évora -

Vania Pinheiro Chaves

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco das Neves Alves

Pasquinagem e sátira na imprensa rio- grandina



Biblioteca Rio-Grandense

Lisboa / Rio Grande
2024

DIRETORIA DA CÁTEDRA DE ESTUDOS GLOBAIS DA UNIVERSIDADE ABERTA/CIPSH/UNESCO

DIREÇÃO:

José Eduardo Franco (Coord)
Carla Oliveira
Cécile Méadel
Fabrice d'Almeida
João Luís Cardoso
José Ignacio Ruiz Rodríguez
Valérie Dévillard
Pierre-Antoine Fabre

COMISSÃO PEDAGÓGICA:

João Relvão Caetano (Coord.)
Darlinda Moreira
Jeffrey Scoot Childs
Rosa Sequeira
Sandra Caeiro

ASSESSORIA EXECUTIVA:

Cristiana Lucas (Coord.)
José Bernardino
Milene Alves
Paula Carreira
Susana Alves-Jesus

DIRETORIA DA BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

Presidente: Francisco das Neves Alves

Vice-Presidente: Pedro Alberto Távora Brasil

Diretor de Acervo: Ronaldo Oliveira Gerundo

1º Secretário: Luiz Henrique Torres

2º Secretário: Marcelo França de Oliveira

1º Tesoureiro: Valdir Barroco

2º Tesoureiro: Mauro Nicola Póvoas

Ficha Técnica

- Título: Pasquinagem e sátira na imprensa rio-grandina
- Autor: Francisco das Neves Alves
- Coleção Rio-Grandense, 86
- Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira
- Cátedra de Estudos Globais da Universidade Aberta/CIPSH/UNESCO
- Biblioteca Rio-Grandense
- Lisboa / Rio Grande, Novembro de 2024

ISBN – 978-65-5306-010-4

CAPA: O CORISCO, 25 out. 1847; O FARÓFIA, 1902; e ECO DO SUL, 11 ago. 1891.

O autor:

Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019), à UNESP (2020) e à Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII (2021). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de duzentos livros.

... é o jornalzinho anônimo, espécie de pasquim que surge como cogumelo em tempo próprio e terreno adequado pelos adubos das esterqueiras, quase pornográficos.

(O BILONTRA, 25 maio 1902)

É de festa o dia de hoje,
de festa, só de prazer!
Em festa as *Historietas*,
nada mais devo dizer.

Começarei amanhã
A visita aos cemitérios
da História, donde trarei
repugnantes Silvérios.
(ECO DO SUL, 24 jul. 1890)

SUMÁRIO

Pasquinagem na cidade do Rio Grande / 13

A presença da sátira em um jornal diário riograndino / 73

Pasquinagem na cidade do Rio Grande

Desde a segunda metade da década de 1840, após a recuperação dos óbices oferecidos pelo decênio de guerra civil, com a Revolução Farroupilha, a imprensa rio-grandina passava por uma etapa de reordenação, após a crise durante o período de conflagração revolucionária. A partir de então e com maior ênfase nas décadas seguintes, o jornalismo da cidade portuária do Rio Grande passava por uma fase de crescimento, com o surgimento de jornais de variados gêneros. Tal circunstância refletia o contexto gaúcho, no qual houve um significativo progresso na imprensa, notadamente na parte sul da província, pois “o efeito combinado da conciliação no campo político com a relativa estagnação econômica na zona norte” rio-grandense, “em contraposição ao crescimento mais acelerado na campanha e na zona sul, decorrente do período de prosperidade das charqueadas”, viria a “determinar um estacionamento no desenvolvimento da imprensa na capital e avanços proporcionais maiores no Rio Grande e em Pelotas”¹.

Na cidade do Rio Grande, nesse período, observava-se, além de um avanço quantitativo, uma elevação na qualidade tipográfica de algumas folhas e uma diversificação nos gêneros publicados. Os jornais de

¹ RÜDIGER, Francisco Ricardo. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1993. p. 130.

cunho político não desapareceram, porém, as folhas que se dedicavam essencialmente às discussões político-partidárias propriamente ditas, cederam lugar aquelas que traduziam, muito mais, os confrontos de natureza pessoal entre indivíduos ou grupo de indivíduos², eram os pasquins. Tais publicações foram típicas dos períodos pós-revolucionários, circulando mais marcadamente durante os anos quarenta e cinquenta, mas coexistindo com os demais tipos de publicações ao longo de todo o século XIX, aparecendo, de forma tardia, mais numerosamente, na virada desta centúria.

Desde a segunda metade da década de 1840, a cidade do Rio Grande veria nascer uma série de folhas de pequeno formato, circulação bastante irregular, duração efêmera e utilizando-se, muitas vezes, de um palavreado chulo e virulento. Tais publicações praticavam a pasquinagem e traduziam o momento de transições pelo qual passava a sociedade sul-rio-grandense, na qual se buscava a estabilização política de modo a permitir a reconstrução econômica da província, embora ainda permanecessem as sequelas da guerra civil que perdurara por quase dez anos.

Nessa época, os pasquins demonstravam que as disputas políticas permaneciam, porém, modificava-se a

² Abeillard Barreto caracteriza a imprensa rio-grandina desta fase: “A exaustão dominava todas as camadas sociais, mercê da luta que por mais de um lustro estava sendo mantida. A nova época iniciar-se-ia, pois, num ambiente político mais sereno; em pouco tempo, porém, as rivalidades jornalísticas e as questões pessoais torná-la-iam mais agitada”. BARRETO, Abeillard. A imprensa do Rio Grande no tempo do Império. *Rio Grande*. Rio Grande, 27. jun. 1935. p. 4.

PASQUINAGEM E SÁTIRA NA IMPRENSA RIO-GRANDINA

forma de tratamento das mesmas através da imprensa, pois, ao invés das discussões de natureza político-partidária, passaram a predominar as querelas pessoais, em uma predileção, por parte dos jornais, em abordar, especular e/ou divulgar componentes da vida privada de prováveis adversários ao lado ou, às vezes, em detrimento de aspectos da atuação pública. Desencadeou-se então um processo marcado por uma relação diretamente proporcional entre o acirramento das polêmicas e o surgimento de novos pasquins, muitos deles aparecendo como respostas às invectivas lançadas em outra folha, com duração efêmera e sem nenhuma base comercial.

Frutos de um ambiente propício à polêmica, os pasquins se desenvolveriam em larga escala até a década de 1860, época a partir da qual, não desapareceriam de todo, mas haveria um decréscimo acentuado no número desse tipo de folha circulando na cidade. Porém, já ao final do século, refletindo o clima de ódios e paixões partidárias que permaneceriam, como verdadeiras chagas junto à sociedade sul-rio-grandense, resultantes das disputas em jogo durante a Revolução Federalista, ocorreria um reaparecimento em maior escala e de forma tardia da pasquinagem. Muitos dos pasquins que circularam no Rio Grande, já demonstravam em seus títulos as intenções hostis, já outros, buscavam demarcar suas tendências partidárias e outros, ainda, tentavam apontar para o seu papel social, como fiscalizadores dos interesses da população.

Os pasquins surgiram devido a uma “falta de ligação orgânica das forças políticas com os jornais”, favorecendo “a falta de responsabilidade com os conceitos externados e uma série de excessos de

linguagem”³. Assim, o surgimento desse tipo de imprensa esteve ligado “ao meio, ao tempo, à gente, à cultura”, de modo que “o pasquim refletiu, em sua tormentosa fisionomia, o atraso, as agruras, as paixões de uma fase histórica”⁴. Rivalidades, diferenças e oposições políticas, partidárias, ideológicas, culturais e/ou socioeconômicas ficavam então expressas nesse tipo de publicação, cujo escopo fundamental era atacar e, quando possível, destruir o adversário, ou ao menos a sua reputação⁵.

Desencadeou-se então um processo marcado por uma relação diretamente proporcional entre o acirramento das polêmicas e o surgimento de novos pasquins, na maioria dos casos, “sem nenhuma base comercial” e “característicos por uma linguagem absolutamente destemperada”⁶, manifestando-se através “de um idioma supramente rico em expressões

³ RÜDIGER, 1993. p. 20

⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. p. 192-193.

⁵ Para Arthur Toscano, “o pasquim era o recurso desesperado a que se agarravam os políticos de baixa extração, impotentes para vencerem à luz meridiana, e malfeiteiros que, temerosos de uma luta com superiores na escala social, ou inimigos, solapavam-lhes a honra e a boa fama, na desventura de os não poderem vencer pela luta leal. Havia também os que ‘pasquinavam’ por dinheiro ou por vingança”. Arthur Toscano citado por GONZAGA, Alcides. *Homens e coisas de jornal*. Porto Alegre: Globo, 1944. p. 216.

⁶ PRIOLLI, Gabriel. *A imprensa e a República*. Brasília: Ministério da Cultura, 1989. p. 12.

PASQUINAGEM E SÁTIRA NA IMPRENSA RIO-GRANDINA

contundentes” e com palavras que representavam “um convite à incontinência de linguagem”⁷.

Em linhas gerais, o pasquim constitui um periódico “satírico, galhofeiro, injurioso, politiqueiro, que ultrapassa os limites do bom gosto e da decência”, também conhecido como “papelucho”, sendo normalmente uma “folha clandestina ou anônima”. Também pode ser uma edição que reflete “ideias vanguardistas, libelos consistentes, ousadias do pensamento a ponto de endossar e incentivar mudanças sociais, políticas ou econômicas”. Designado ainda de “jornaleco, panfleto, folha e folheto”, teve a sua denominação derivada “de um personagem imaginário - Pasquino - criado pela sátira romana”, o qual “virou sinônimo de língua solta, metediço, resmungão, maledicente, insubmissô, imprudente e impunido”, o qual aparecia como “autor de murmúrios, boatos, calúnias, ditos e ditérios, resultando em pasquim”. Já o pasquineiro é o “autor, repórter, redator ou editor de pasquim”, e/ou “aquele que usa a palavra para difamar”⁸. A cidade do Rio Grande viu nascer vários desses folhetos praticantes da pasquinagem⁹.

No contexto rio-grandino, um desses periódicos foi *A Revista Imparcial* que passou a circular em 14 de abril de 1846, anunciando-se como “folha política”, sem

⁷ MAGALHÃES JÚNIOR, R. *Antologia de humorismo e sátira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957. p. 3.

⁸ BAHIA, Juarez. *Dicionário de jornalismo*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. p. 280.

⁹ Versão revisada e ampliada a partir de: ALVES, Francisco das Neves. *A pequena imprensa na cidade do Rio Grande*. Rio Grande: Editora da FURG, 1999. p. 109-133 e 270-282.

identificar os responsáveis pela sua edição. Com duas páginas, era publicada “extraordinariamente”, em dias indeterminados e impressa na Tipografia de Pomatelli & Cia., sua assinatura mensal custava 1\$000 e, o número avulso, 100 réis, também admitia publicar, “a preço razoável”, artigos e comunicados.

Os pronunciamentos dessa folha refletiam que o clima apaziguador, inclusive manifesto em certos jornais, ao final da Revolução Farroupilha, não foi duradouro, demonstrando os conflitos entre liberais e conservadores. A *Revista Imparcial* era de tendência “saquarema”, ou seja, conservadora, tendo por propósito combater os “luzias”, em outro termo, os liberais, a quem denominava de “facção”.

Em uma de suas matérias, de 31 de julho de 1846, o jornal, utilizando-se de uma linguagem ameaçadora, acusava os liberais de estarem abandonando a política de conciliação por terem assumido o poder em âmbito local, através do provocativo título “Ah! Não querem a paz?! Pois haja guerra”:

A facção trânsfuga, que até certa época nos sussurrava aos ouvidos proposições de paz e amizade, e que, em troco de sua má fé encontrava nos amigos da ordem adesão e generosidade, ella que se mostra soberba e arrogante, agora que se julga colocada (...) nas posições oficiais do município! Enquanto, convicta do que é, receava a facção ser apeada da polícia e da Guarda Nacional, ela batia nos peitos pedindo paz e amizade: mal, porém, desenganou-se, já entona a cerviz e desdenha a aliança dos amigos da ordem.

PASQUINAGEM E SÁTIRA NA IMPRENSA RIO-GRANDINA

RIO GRANDE 1846.

SEXTA-FEIRA 31 DE JULHO

ANNO I. NUM. 11.

A REVISTA IMPARCIAL

FOLHA POLITICA.

Publicam-se extraordinariamente até agosto dos numeros de meia folha, em dias indeterminados. A assinatura é de 1\$000, pagos adiantados. Admitem-se a preço razoável correspondências e artigos comunicados, (de todas as opiniões) os quais estando na fôrma da lei, podem-se dirigir à esta typographia, rua da Praia N. 48. — Folia avulsa 100 rs.

A REVISTA.

AH! NÃO QUEREM A PAZ? POIS HAJA GUERRA.

A facção transfuga, que até certa época nos surpreendeu aos ouvidos propostões de paz e amizade, e que, em troco de sua miséria, encontrava nos amigos da ordem adhesão e generosidade, cíl-a que se mostra soberba e arrogante, agora que se julga collada, per omnia secula *electio-
num* nas posições oficiais do município! Enquanto, convicta do que é, receava a facção ser apedida da polícia e da Guarda Nacional, ella batia nos peitos pedindo paz e amizade; mal porém desenganse, já entrou a cerviz, e desendeu a aliança dos amigos da ordem.

Turbulenta e immoral, dispõe-se para dar garrote nas liberdades do povo; e pois que a nossa liberdade, honra e re-
galias estão assim ameaçadas, não ha de encerrar, os braços da *Revista*, nem conser-
vir por um só dia mais que se escarneça da boa fé de um partido honesto e
cavalleiro, cuja generosidade tem sido
comprehendida por fraqueza, e seu amor
a concordia por confissão de cobardia.

Estão portanto abertas as hostilidades:
o *partido* orderio, forte, numeroso e
compacto, declara guerra à facção; guerra
franca, como era franco o seu amor;
a concordia; guerra implacável, como
é implacável a sua aversão aos trans-
fugos.

Assim o queríam elles; assim o tenham agora.

A INTERRUPÇÃO, E A CONTINUAÇÃO.

A que multílio, do juízos temerários
não tem dado lugar a tardança dos dous
últimos numeros da presente assinatura
da *Revista*! — O Redactor foi deportado,
diziam uns, — « Não tapáro-lhe a
boca com um pregueiro, acrescentavão
outros. — Qual! replicava d'água, e
— « queríam multílio nos cobres, e des-
cubriu em branco. — Em fin' ate' nã
faltou quem asseverasse que haviam si-
decomplicados com o dinheiro da polícia;
mas nela, disso, meus senhores; nada
disso e fôlamente. A causa unica do si-
lencio da *Revista* é aquela mesma que
induziu a moderação dos N.º 9 e 10.

Tinha confundido na sinceridade de
vossas propostões de paz e amizade, e
por isso acelhamos a condição que impus-
sos: logo que vimos dar-vos ainda uma
homenagem generosidade e cavalleirismo;

e só quando desesperamos de vossos sen-
timientos de honra e probidade, e que-
mos decidimos a contínua na publicação
desta folha; não porém como até aqua-
tudo, para discutir os principios e as
crenças da facção devassa e corrupta,
que nos pretendem dictar a lei

Nessa discussão da ordem não recece ser
vencido pela facção.

O PERIODICO BRASIL, E OS SR. VICE
PRESIDENTES DA PROVINCIA.

Raras vezes, depois que fundou a re-
volução, ocupasse com esta província a
imprensa da Corte; e isso mesmo só
para transcrever o *Imparcial*, ou do
Commercio, ou do Rio Grandense alguma
notícia do estado vizinho; e que porém a
Providencia que um dia cessasse essa
morna indiferença; e foi o *Brasil* quem
se encarregou de publicar algumas
linhas acerca dos nossos negócios. Ahi tive-
mos o gosto de ver sancionadas pelo

ilustrado contemporâneo as opiniões
emitidas pela *Revista*, quanto ao cer-
ebrino edital de suspensão das cartas, e
mandado afixar pelo Sr. Manuel Joa-
quim de Sousa Medeiros.

Pena foi porém que o contemporâneo,
prestando somente ouvidos a uma
das seis folhas da Província, commetesse
a injustiça de qualificá-la de falta de
actividade e de energia a administração
do Exm. Sr. Patrício Corrêa da Camara.

O contemporâneo de certo que só se
fundou, para assim se decidir, mas colu-
nistas do *Imparcial* pois bem para elles
mesmo appelleiam-nos: Iehu o Re-
dactor do *Brasil* essa folha de Porto Al-
egre, depois que sobre a deixou de ter
influencia o Bacharel Barcellos; Iehu o
Commercio, o Rio Grandense, o *Semanal-
ri*, a *Revista*, e o *Telegrapho*, e eufo-
conhecer que os órgãos da opinião pú-
blica unanimemente mostrão satis-
feitos com a presidencia cordata, im-
parcial e suficientemente activa e ener-
gica do Sr. Corrêa da Camara.

Por amor do trecho que diz respeito
ao nosso delegado, transcrevemos o arti-
fício da *Brasil*, que é seguinte:

Rio Grande do Sul. — Muitos periodicos e
algumas cartas particulares que recebemos do
Rio Grande do Sul, apresentam-nos o estudo
d'essa província em as exigiria a mais séria
atenção; por elles indubitavelmente julgaram poder
elucidar o governo pela escolla que acaba de

d'essa província. Ha queixa contra o vice-pre-
sidente por falta de actividade e de energia;
que queixas igualmente, e estas particularmente, recon-
hecerem quão fundadas sôs, contra o delegado
de polícia da Cidade do Rio Grande, que, ignorando
de publicar sem edital impondo uns e idênticos
restrátulos obrigações e dependencias, sem se
lembrem que ha na constituição um artigozinho
que diz — Nenhum cidadão pode ser obrigado a
fazer ou a deixar de fazer alguma cousa senão
em virtude de lei — Que muito porém que um
delegado de polícia no Rio Grande não saiba
da constituição, quando ainda ha pouco foi
mandado, e hoje, apesar dos protestos, ainda o
estuda, e que d'ella e viola-a em todas as
sua disposições?

As objecções que se approximam contribuem
para essa formação de opinião, mas chamamos
a atenção do governo: se em toda a parte,
para haver liberdade eleitoral, devem a go-
verno proibir que se envolvessem em eleições,
com interesse proprio, os presidentes e chefes
de polícia; no Rio Grande é isso um dever tão
serio que muito rececemos que qualquer in-
terêncie do governo e da polícia para dar trin-
cho a chapas e a candidatos, torne a aliar as
chagas mal cicatrizadas da discordia civil.

OS CANDIDATOS DE CHAPA.

Por acaso nos vieram às mãos duas cartas,
de certo magnata cabalista, incluindo ambas a
chapa que pretendo o club dos transfugas fazer
prevalecer na eleição de deputados gerais: todas
duas são da mesmíssima pessoa, e todas duas
o exato é facil de explicar-se por quem conhece
o autor d'essas cartas: homem sem leon no
seio, a traíção é já para elle uma particular
de vida.

1.ª chapa, dirigida para *Lagunari*.

Coronel Mamed Marques de Sousa.

Conego Thomé Lato de Sousa.

Brigadeiro José Joaquim Coelho.

2.ª chapa, dirigida para *Pelotas*.

Dr. José de Aranjo Ribeiro.

Coronel Mamed Marques de Sousa.

Dr. Vicente José da Mina.

Depois de estar estreitado na composição,
lemon entre clapa no Rio Grandense, em a
qual figuram os Srs. Manuel José de Freitas
Travassos, Coronel Luiz Manuel de Lima e Silva,
e Coronel Mamed Marques de Sousa.

De todo o que concluimos é que a facção tem
um unico candidato do peito, o Sr. Coronel
Marques: todos os mais são por comprazer.

Ora Deus lhe ponha a virtude.

BODE E INIMIGO DE BRANCO.

Graves e pernadas levantando e estorvando
muito do peito. A facção, da circula de mão
em mão uma extensão inigualável, por
esse dirigida, em resposta a outra, que juntas
tão visto, por que o autor d'esta está bem
de para comparar-se com seu desliz e fementi-
do adversário?

Assim, *A Revista Imparcial* considerando o grupo dos conservadores como o partido “honesto, cavalheiroso, ordeiro, forte, numeroso e compacto”, lançava-se em um combate aos liberais, declarando uma “guerra implacável”, contra a “facção”, apontada como “turbulenta e imoral”, além de “devassa e corrompida” e propondo-se provar que “o partido da ordem” não temia “ser vencido pela facção”.

Na mesma edição, o jornal justificava uma interrupção nos números anteriores, apontando os boatos que teriam surgido na cidade sobre as prováveis causas do ocorrido, refutando a todos. No texto, podem ser observadas algumas das maneiras pelas quais, à época, os responsáveis pelos pasquins eram vistos pelos leitores ou pela população em geral:

A que multidão de juízos temerários não tem dado lugar a tardança dos dois últimos números da presente assinatura da “Revista”! O redator foi deportado diziam uns. Não lhe taparam a boca com um emprego, acrescentavam outros. Qual!, replicavam daqui, o espertalhão montou-se nos cobres e deixa-nos em branco. Enfim, até não faltou quem asseverasse que havíamos sido comprados com o dinheiro da polícia. Mas nada disso meus senhores.

Segundo Abeillard Barreto, *A Revista Imparcial* esteve sob a direção de Antônio José Caetano da Silva e foi fundada para combater os atos do Delegado de Polícia da cidade do Rio Grande. O autor caracteriza-a como um “órgão de linguagem assaz violenta”,

considerando que o último número desse pequeno jornal apareceu em julho ou agosto de 1846¹⁰.

Outro pasquim que circulou no Rio Grande foi *O Corisco* que seguiu a sina de seu próprio nome - faísca elétrica, raio, relâmpago - tendo uma vida extremamente fugaz. Seu primeiro (e provavelmente único) número foi publicado a 23 de outubro de 1847, no qual intitulava a si mesmo como uma "folha em prosa e verso", que não tinha uma periodicidade definida, de acordo com sua própria afirmação - "*O Corisco* cairá conforme as tempestades que houver". Era composto de quatro páginas impressas na tipografia do *Rio-Grandense*,

¹⁰ BARRETO, Abeillard. *Primórdios da imprensa no Rio Grande do Sul (1827-1850)*. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, Subcomissão de Publicações e Concursos, 1986. p. 137. O único número encontrado de *A Revista Imparcial* foi o de 31 de julho de 1846. O redator desse periódico, apontado por Abeillard Barreto, foi Antônio José Caetano da Silva (1817-1865), o qual atuara como escriturário e administrador da Mesa de Rendas Provinciais no Rio Grande, dedicando-se à política, foi eleito e reeleito várias vezes para a Assembleia Legislativa Provincial, pelo grupo dos saquaremas. Também atuou nas alfândegas do Rio de Janeiro, Paranaguá e Uruguaiana, tendo escrito um *Indicador administrativo das alfândegas e mesas de renda*. Além disso, foi responsável pela edição de uma série de outros jornais rio-grandinos, como *O Rio-Grandense*, *O Correio de Anúncios*, *A Nova Época*, *O Mentiroso*, *O Noticiador* e *A Guarda Avançada*. Dados obtidos a partir de BARRETO, 1986. p. 134. e BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. v.1. p. 21-23.

sendo seu preço de 80 réis por volume e tinha como dístico a frase: *"Ridendo castigat mores"*.

Seu artigo de abertura e apresentação revelava suas intenções, com a utilização de um termo equivalente a um artigo anônimo ou difamatório, intitulando-se *"Mofina do Corisco"*, no qual colocava que seu intento era o de atacar os elementos de "má índole" e promover a "causa pública":

O Corisco destruirá a súcia dos desordeiros, desmascarando-os nas suas malvadezas.

Será constante em advogar a santa causa da pátria, perseguindo o quando puder os amotinadores garimpeiros.

Alegava ter uma função predeterminada, afirmando que, quando os elementos "maldizentes" se tornassem "exemplos de moral e bons costumes", "quando o aumento da civilização fosse se sobressaindo pelo empenho de úteis escritores" e "quando, finalmente, as mentiras e insultos desaparecessem da face da terra", *O Corisco* poderia deixar de circular, "cessando de perseguir a quem, pelos bons atos, não se tornasse digno de castigo".

PASQUINAGEM E SÁTIRA NA IMPRENSA RIO-GRANDINA

ANNO I.

SEGUNDA FEIRA 23 DE OUTUBRO DE 1847.

N.º 1.

O CORISCO.

FOLHA EM VERSO E PROSA.

O CORISCO saírá conforme as tempestades que houverem: vende-se a 80 réis na Typographia do Rio-Grandense.

RIDENDO CASTIGAT MORES.
(morais.)

MOFINA DO CORISCO.

O Corisco destruirá a sucia dos desordens, desmascarando-os nas suas malvadezas.

Será constante em advogar a santa causa da pátria perseguinto quanto poder os amotinadores garimpeiros.

Occupar-se-há quasi exclusivamente e, m o Zurrilho das rendas provincias, até o fazer entrar na ordem da moderação e verdadeiro com-nedimento, e enquanto não es-sarem as diatribas d'esse p'peluço de infame; quando refundidos os tipos da maldicencia para só estamparem exemplos de moral e bons costumes; quando o augmento da nossa civilisacão fôr sobreashindo pelo empenho de utéis escriptores; quando finalmente as mentiras e insultos desaparecerem da face da terra, então também de aparecerá o Corisco, cessando de perseguir a quem pelos seus bons actos não se tornar digno de castigo.

O CORISCO.

O estrondo mentiroso que andava de boca em boca n'esta cidade, em o dia 20 do corrente, de tal sorte transtornou a atmosphera politica, a ponto que o firmamento lançou sobre a terra raios, coriscos, e sentelhas para castigar os malvados revolucionarios que pretendem ousadamente cravar o punhal fratrecida no seio dos pacificos habitantes da cidade de S. Pedro; um rijo e forte vento se levantou e os de-

monios começarão a perseguir o genero humano com o fim de o conduzir á mesma maldicão a que forão condemnados pela sentença do eterno.

O Zurrilho das rendas provincias, o famigerado *Urtiga* da meia gazeta; o andarilho alugado, deu á luz mais um parto da sua bestialidade para immortalizar-se nos annais Rio-Grandenses.

Descarmado a toda a prova; bernardices sem conta, raiva, e desesperacão, respira a negra linguagem da mentirosa folha, e para reprimir a sua ousad a torna-se mister o latigo do rediculo afim de o conter nos limites da decencia e moralidade.

O Christos do nosso jornalinho hâde agradar aos leitores; e desde já os prevenimos que as nessas, palavras nunca tocão no sagrado das famílias.

Quantos estão desejosos de lêr o Corisco! Que de curiosidade! Que de risadas não dirão os leitores, dizendo uns. — Isto não presta, é uma porcaria, — outros teimarão, bravo! bem feito; assim é que se deve falar a esta canalha de garimpeiros; e n'estas diversas opiniões os quatro vintens do imposto voluntario vão dando que fazer aos tipos, e a leitura irá entreando uns, e desesperando outros; tudo isto é mundo.

Viva a politica, e deixe-se ir quem vai. —

ALGUNS VERSOS DE BOM GOSTO.

Palhaço que na Nôra Epoca,
Rabisca por curiosidade,
Merce bem o despeso,
De toda a sociedade.

De certa maneira, o jornal pretendeu antecipar as reações positivas e/ou negativas do público, revelando as formas de repercussão, naquele momento, quanto à publicação de um pasquim:

Quantos estão desejosos de ler o “Corisco”! Que de curiosidade! Que de risadas não darão os leitores, dizendo uns – “isto não presta, é uma porcaria”, – outros teimarão: “bravo! bem feita; assim é que se deve falar a esta canalha de garimpeiros”; e nestas diversas opiniões (...) a leitura irá entreteendo uns e desesperando outros; tudo isto é o mundo.

O Corisco, que não identificava o responsável pela sua circulação, não conseguiu levar muito adiante seus objetivos de atacar os “desordeiros” e “amotinadores”, promovendo o “entretenimento” ou o “desespero”, pois, o mais provável é que tenha ficado restrito a essa edição de outubro de 1847¹¹.

O Eco foi publicado a partir de 27 de julho de 1848, na tipografia do *Rio-Grandense*, à razão de 400 réis por mês e com números avulsos a 120 réis. Aceitava

¹¹ Esse número de 23 de outubro de 1847 foi o único encontrado e Abeillard Barreto, ao destacar o jornal, só se refere a esta data. O mesmo autor presume que a folha foi redigida por Bernardino Berlink. BARRETO, 1986. p. 140. Bernardino Berlink viria a adquirir e redigir, em 1850, um dos mais importantes jornais rio-grandinos da época, o *Rio-Grandense*, permanecendo nessa função até a sua morte em 1858. Dados obtidos a partir de: VELHO SOBRINHO, J. F. *Dicionário biobibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1940. v. 2. p. 286.

receber artigos, comunicados e correspondências, desde que escritos “em termos comedidos e legalizados na forma da lei” e não apresentava o nome de seu responsável¹².

No seu artigo de apresentação, descrevia as dificuldades no empreendimento da função de escritor público:

Espinossa é por certo a carreira do escritor consciencioso, quando meneando a pena através do contraditório estado das coisas pretende demonstrar com evidência e imparcialidade os sentimentos que o animam. Expender este ou aquele fato, procurar um resultado às suas asserções não é essa grave incumbência de que se não possa encarregar o jornalista; porém, para comprovar este fato, para colorir esse resultado, com brilhantes e indeléveis cores, força é então revestir-se do verdadeiro caráter que constitui o jornalista - a imparcialidade.

¹² Abeillard Barreto não identificou o redator dessa folha que, segundo o autor, teria circulado até 2 de setembro de 1848, sendo possível a existência de uma “segunda fase” datada de janeiro de 1849. Barreto afirma, porém, que “não nos foi dado encontrar nenhum exemplar deste jornal, de qualquer das duas supostas fases”. BARRETO, 1986. p. 144. O único número encontrado refere-se ao primeiro de 27 de julho de 1848.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

NUM. 1.

QUINTA FEIRA 27 DE JULHO DE 1848.

VOL. 1.

O ECHO.

Subscrevo-se para esta folha, na typographia do RIO-GRANDENSE, á razão de 400 réis por mês ou à numero pagos adiantados; e os numeros a serem em dírio 120 rs. — Recehem-s: artigos comunicados e correspondências sendo escritos em termos comedidos e legalizados na forma da lei.

O ECHO.

Espinhas é por certo a carreira do escriptor conscientioso, quando menecendo a pena através do contradíctorio estado das coisas, pretende demonstrar com evidência e imparcialidade os sentimentos que o animão. Expendar este ou aquele facto, procurar um resultado ás suas asserções não é essa grave incumbência de que senão possa encarregar o jornalista; porém para comprovar essa facto, para colorir esse resultado, com brilhantes e indeleveis cores, forá é então revestir-se do verdadeiro carácter que constitui o jornalista — a imparcialidade.

Tal é a divisa que pretendemos adoptar, tais são os sentimentos de que estamos empoados ao encarregar-nos da humosa missão de advogados da legítima causa do povo. Na insana lide que vamos afrontar, não nos ameontarão escoclos e barrancos, que por ventura possam aparecer por entre as medonhas ondas da critica, da mordacidade. — Que nos importa a não que meia duzia de homens inconsequentes não advoguem, e nátrão os plausíveis sentimentos que brotão em nossos corações? — Não sabiremos da orbita de nossas rigorosas atribuições, não calcaremos instituições estéticas, não entoperceremos por modo algum a carreira do cidadão próbo e honesto; mas também não perderemos, não passaremos em silêncio as inconsequências de uns, o despotismo e a soberania mal entendida de outros. — Queremos justiça e concordia. Os duros e improprios são os homens sem respeito as instituições sociais — a boa harmonia, os bons exemplos, são obras dos homens sensatos, e por conseguinte úteis á sua patria.

Oxala pois não tenhamos alegria alguma a discutir, tendente á desorganização mental de alguns indivíduos. Oxala não nos seja mister interromper o silêncio que ora vai reinando em o gosso periódico, será esse motivo suficiente, para não nos ocuparmos com matéria diminuta e insignificante. Involveremo-nos em questões quando esta seja transcendente e degrava ponderação; daremos desse modo uma prova do quanto amamos a paz e a boa harmonia.

PENSAMENTOS SOBRE A REVOLUÇÃO FRANCESA DE 23 DE FEVEREIRO DE 1848.

Um homem é bem pouca coisa durante uma revolução que moveza coisas interas. (MIGNET).

O movimento político deste paiz nos encheu de passo e admiração, á vista do estado normal em que elle caminhava depois da elevação do duque de Orleans ao tronho dos Capetos, e em nossa consciencia o julgamos em retrocesso para os lastisimos dias de 1789 e 92.

A França, essa nação grande do mundo pelo seu desenvolvimento intelectual, pelas suas idéas progressivas, quanto ao nosso entender, cortou todas as esperanças dos bons políticos, que a encaravam já a primeira das nações do mundo.

Os erros de Carlo X deram causa a que os Franceses usassem daquele meio tantas vezes empregado para salvar a sua liberdade, e reivindicar direitos constitucionais mesmo na agitação de varios partidos, e á força da razão, triunfando sempre do furor da tiranía, conseguí-lhes a nomeada deverdadei dos homens livres, que desde o reinado de Luiz XVI tanto os tem distinguido.

O desbrunado de 1830 lamentou no exilio seus desvios com uma consciencia soccogida, e a mesma razão lhe fez crer, que a pratica dos irreflectos actos de seus ministros Peyronet, Chantelauze, e Guernon Rauville, fez com justa causa revoltar o antino do povo contra o seu reinado.

A revolução de julho foi coroada de grandes esperanças, porém foi também ella o preludio da revolução presente. Negar que o espirito daquella revolta não foi o mesmo que dirigio a desta, é desconhecer o carácter do povo francês, e ter poucas relações da sua história do 18.º seculo. Com tudo, observamos que os homens de 1830 não ousarão levantar o governo republicano, porque as feridas da revolução passada não estavam ainda cicatrizadas, e por isso, esperarão uma melhor occasião para o proclamar.

O governo de Luiz Filipe, foi o espirto que mendeou para se preparam os animos e os aprestes para a luta; *Odilon Barrot*, que acompanhou Carlos X ao destino, já com seus collegas se predisponha a fazer o mesmo a Luiz Filipe, quando soasse a hora de sua queda. O apparecimento das machinhas infernaes contra a vida do novo rei, era a alma do antigo Jacobinismo, que resurgiu no tumulto de 23 de julho e começou a germinar por toda a França para estabelecer o seu domínio de 1792.

O fosse por māo resultado de suas tentativas, ou fosse por felicidade da reicidadão, esses terríveis inventos fizerão q' a seu lado se unissem os verdadeiros amigos do tronho, e que o governo fosse de acordo com os princípios então professados, tornando fraco o partido republicano, rebucado em diversa cor política para iludir os amigos da nova dinastia.

Os passos da revolução presente chamão sobre ella um pensar bem ponderante, e muito se vão assemelhando aos de 1793; e com quanto Lanatiere, na sua circular, faça conhecer aos seus agentes diplomáticos, — *que a revolução de honten é um passo para diante e não para traz* — nós diremos que a revolução de fevereiro será um estrago para a França e talvez um flagelo para a Europa. As guerras sempre destróem, e a vitória por muito brilhante que seja é cantada sobre ruínas e sangue, e á guerra que a nova república francesa deve esperar pela quebrá dos tratados.

A capital da França apresentou mais um desse

PASQUINAGEM E SÁTIRA NA IMPRENSA RIO-GRANDINA

Assim, *O Eco* pretendia encarregar-se da “honrosa missão de advogado da legítima causa do povo”, para o que prometia não se amedrontar com “escolhos e barrancos” e não perdoar “as inconsequências de uns, o despotismo e a soberania mal entendida de outros”, afirmando querer “justiça, paz e concórdia”. Apesar de tais “boas intenções”, esse jornal também trilhou pelos caminhos da polêmica.

No artigo “Pensamentos sobre a Revolução Francesa de 23 de fevereiro de 1848”, o jornal analisava um dos focos revolucionários que agitava o continente europeu naquele ano, revelando sua tendência conservadora e antirrevolucionária, argumentando que a revolução seria “um estrago para a França e talvez um flagelo para a Europa”.

Nessa linha, *O Eco* aplicava os mesmos princípios quando se referia à “Monarquia no Brasil”, buscando “expender um fraco juízo para demonstrar as vantagens que desta forma de governo” resultavam para o país. Afirmava desprezar as “falsas teorias, filhas de uma imaginação escandecida pelos pensares de errados sistemas”, buscando apresentar “provas incontestáveis” de que o “direito natural e a liberdade do homem nada mais eram do que uma sombra da realidade”. Pretendia permanecer firme “nos sagrados princípios de uma política conservadora”, propondo-se “a ir de encontro ao pensar de homens que, levados pela torrente dos sucessos da era, buscavam que suas ideias progredissem no choque violento das agitações populares”.

Citando “exemplos”, ao longo da história, considerava ter “provado com fatos verdadeiros os tristes efeitos de um governo democrático” e explicava

que, no Brasil, a aplicação dessas ideias levaria à desintegração político-territorial e à revolução:

Bem esclarecido está, não só pela experiência dos tempos, como também pelas ideias de sábios escritores, que semelhante forma de regime nos seria totalmente precário e ruinoso. Principiaremos pela falta de união das províncias, que, certamente, se separarão umas das outras, e que seria do Brasil uma vez retalhado e sem uma comunhão que o tornasse forte e respeitável? (...)

Se, pois, um semelhante desacerto, por desgraça nossa, houvesse de ter efeito, ai do triste Brasil, cujo nome de grande e rico Império ficaria sepultado nas ruínas e nos estragos da guerra civil e o poder de uma nação que se ergue alta entre as nações do mundo, cairá retalhada nas mãos dos ambiciosos que almejam estender seus domínios nas terras de Santa Cruz.

O jornal ainda tinha um segmento denominado “Correspondência Particular do *Eco*” no qual “transcrevia” uma carta entre dois “compadres”, carregada de ironias e ataques aos “confessos inimigos”, que eram “os progressistas de meia tigela”, atacando a onda revolucionária na França, no mundo e no Brasil.

Desse modo, *O Eco* refletia a visão dos conservadores rio-grandinos sobre aquele momento histórico, marcado pela busca do fim da crise política e da eliminação do último foco revolucionário do país, representado pela Praieira no Pernambuco. Demonstrava também a reorganização política pela qual a Província passava a partir de 1848, com o predomínio dos conservadores que sustentavam uma constante

PASQUINAGEM E SÁTIRA NA IMPRENSA RIO-GRANDINA

crítica aos liberais, atacando-os pelo “perigo” revolucionário que representavam, bem como, responsabilizando-os pelas recentes experiências de mudança na forma de governo e ruptura institucional pelas quais o Rio Grande do Sul passara, consideradas, pelos conservadores, como profundamente prejudiciais. Dessa maneira, os pronunciamentos dos saquaremas, inclusive os manifestados através de *O Eco*, pautavam-se no sentido de evitar a repetição dos “erros” aos quais os liberais teriam submetido os rio-grandenses.

O Carijó surgiu a 21 de agosto de 1853, como “periódico analítico e recreativo” (mudando, ainda no final do ano, para “jornal crítico e recreativo”), adotando como lema “*Si la parole du poète est quelquefois amère, a qui la faute?*”. Propunha ser uma publicação de periodicidade incerta, “em dias indeterminados, uma ou mais vezes por semana”. Em edição de dezembro de 1853, chamando a “Atenção” do público, citava no cabeçalho o conteúdo do “Artigo 179, § 4, da Constituição do Império”, fazendo direta alusão ao direito de livre expressão. Possuía quatro páginas, cuja assinatura custava, na cidade, 1\$000 mensais, ou fora dela, 3\$000 trimestrais. Aceitava todos os artigos, correspondências e comunicados, recebendo também, “grátis, qualquer artigo em prol da administração da Província, bem como os de interesse geral, pagando-se uma módica retribuição pelos de interesse particular”. Era elaborado na tipografia do *Rio-Grandense* e seu redator foi Pedro Bernardino de Moura, o próprio “Carijó”¹³.

¹³ Segundo Francisco Rüdiger, esse jornal, assim como o estilo de seu redator, constituíram-se em exemplo típico do gênero

No primeiro número, *O Carijó* apresentava o seu “Programa”, tendo como proposta “rever os fatos” que chegassem ao seu conhecimento e, após “analisá-los”, emitir a sua “fraca opinião”, tarefa para a qual propunha todo empenho, envolvendo a totalidade de suas “débeis forças”. Procurou uma aproximação com o público leitor

pasquim, afirmando: “Notável (...) foi Pedro Bernardino de Moura, o ‘Carijó’. Iniciou sua carreira no Rio Grande, onde publicou o pasquim *O Carijó* (1853-1854), célebre pela linguagem virulenta e apaixonada, do qual ganhou o apelido. Posteriormente, estabelecido em Jaguarão, vociferou contra os conservadores locais pelo *O Jaguarense*, sofrendo por isso perseguição e atentado”. Editou o *Eco do Sul* e “em fins de 1858, foi obrigado a suspender a publicação do *Eco*, chamado de ‘nojento guardanapo’ pelas folhas situacionistas. Enfim, condenado por calúnia, permaneceu preso durante alguns meses em 1860. Entretido em diversas polêmicas e processos criminais (...), o ‘Carijó’ manteria a pasquinagem até a morte”. RÜDIGER, Francisco Ricardo. O nascimento da imprensa no Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1985. p. 135. Sacramento Blake informa que Pedro Bernardino de Moura (1828-1880) “foi o jornalista que por mais tempo, sem um dia de descanso, lutou na imprensa; vinte e sete anos bateu-se, desfechando e aparando golpes sucessivos”. BLAKE, 1970. v. 7. p. 25-26. Abeillard Barreto destaca que Bernardino de Moura foi o fundador do *Eco do Sul*, que viria a ser um dos mais importantes periódicos rio-grandinos e, sobre *O Carijó*, afirma que o mesmo “desapareceu a 28 de fevereiro de 1854. Entretanto, a 17 de dezembro deste mesmo ano, ainda saiu um número, único aliás”. BARRETO, 1935. p. 5. Os únicos números encontrados foram os de 21 de agosto e 23 de dezembro de 1853.

PASQUINAGEM E SÁTIRA NA IMPRENSA RIO-GRANDINA

através da demonstração de suas limitações, apontando para os possíveis “erros e defeitos”, advindos do “apoucamento da inteligência e da falta de estilo e costume de escrever para um juiz umas vezes demasiado severo, outras demasiado complacente” – a opinião pública.

O jornal ainda se propunha a analisar os eventos, somente quando tivesse capacidade para tal, ao mesmo tempo em que julgava ter conhecimento de causa, nos assuntos que pretendesse abordar. Dizia que pautava sua conduta na “verdade” e na “imparcialidade”, sem servir à “lisonja”, princípios limitados ao pronunciamento, pois, contra eles, o periódico cometaria vários deslizes, até pela sua própria natureza, que não abria mão da postura “crítica”. Assim, afirmava:

Portanto, toda e qualquer matéria sobre que emitirmos nossa opinião, estaremos aptos para desenvolvê-la e elucidá-la. Qualquer proposição por nós avançada levará o cunho da verdade. Tudo quanto dissermos será espontâneo, sem o menor vislumbre de lisonja ou servilismo. Nossas opiniões serão filhas do *imparcialismo* que nos caracteriza. Nenhuma consideração pessoal, por mais elevada que seja, suspenderá nossa censura, ou fará recuar nossa crítica. Eis a nossa missão; eis o que haveremos de cumprir.

Ainda na edição de 21 de agosto, foi apresentado um artigo intitulado “Aos senhores vereadores”, no qual o jornal empunhava a bandeira de defensor da principal atividade econômica da cidade, buscando apontar os culpados pelas dificuldades enfrentadas pelo comércio,

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

entre a “inércia” da população e a incapacidade dos vereadores, optando pelos últimos:

A riqueza e engrandecimento de qualquer lugar estão a par de seu comércio; aqueles caminham à medida que este progride, [sendo] o que se observa em (...) todos os lugares, mas o que infelizmente não se dá no Rio Grande; o seu comércio é, em grande escala, a sua riqueza imensa, porém o seu engrandecimento nenhum.

Não sabemos ao certo a quem culpar por semelhante decadência, se a Câmara por seu desleixo, se aos habitantes por sua inércia. Posto que vacilemos nesta dúvida, não podemos, contudo, deixar de confessar, que nos inclinamos mais a crer que a falta toda provém da Câmara Municipal, visto que ela é quem dispõe dos meios essenciais para atingir os fins.

PASQUINAGEM E SÁTIRA NA IMPRENSA RIO-GRANDINA

O CARIJO.

Periodico Analytico e Recreativo

Si la parole du peuple est quelquefois
sauvage, à qui la faute ?
(Victor Leroux.)

O Carijo publica-se em dias indeterminados, unindo uns versos na saudade. Aceita-se-lhe dos os artigos, correspondências, comunicados etc, segundo o seu programma, independente de qualquer responsabilidade. Preço da assinatura é de 10 centavos.

ANNO I.

Domingo 21 de Agosto de 1858.

N. 1

Programma.

Rever alguns factos que cheguem ao nosso conhecimento, analysá-los, e sobre elles emitir a nossa fraca opinião, eis a tarefa que nos vamos impôr, e para o qual dessemos invadirmos todas as nossas débeis forças.

Não é de certo como um escritor abalizado, que nos apresenta em campo para esse fim, não ; é sim, que como um recto censor, interiormente alibio a toda e qualquer consideração pessoal que nos propomos, esta empreza ; e, não tendo em vista mais do que a distração dos leitores, e o desejo da extirpação dalguns abusos, devidos à fala d'émulação, esperamos que nos sejam relevados nossos erros e defeitos, filhos do apazecimento de nossa inteligência, e da falta de estilo e costume de escrever para um juiz, umas vezes demasiado severo, outras demasiado complacente.

Conscio pois das dificuldades que tememos a superar, para o desempenho d'as arduas missão, não tentaremos profundar escravos, que, superiores ás nossas forças, nos levaram sem dúvida a um labirintho, de que não poderemos sair, sem grave dano de nossa dignidade.

Portanto : toda o qualquer watoria sobre que emitirmos nossa opinião, estaremos aptos para desenvolvê-la e elucidá-la.

Qualquer proposição por nós avançada, levará o cunho da verdade.

Tudo quanto dissermos será espontâneo, sem o menor vislumbre de lisonja ou servilismo.

Nossa opiniões serão filhas do imparcialismo que nos caracteriza.

Nenhuma consideração pessoal, por mais elevada que seja, suspenderá nossa censura, ou fará recuar nossa critica.

Eis a nossa missão ; eis o que havemos de cumprir.

A redacção do Carijo escita todo o qualquer artigo, mesmo anônimo, não tratando de INDIVIDUALIDADES, os quais dará publicidade sob sua responsabilidade.

Os artigos serão remetidos em carta fechada ao Director, e entregues na tipografia do Rio Grandense.

Aos Srs. Vereadores.

A riqueza e engrandecimento de qualquer lugar estátio a par de seu comércio ; aquelas caminham á medida que este progredisse ; o que se observa em todos os países, e, em geral, em todos os lugares, mas o que infelizmente não se dá no Rio Grande (Cidade) ; o seu comércio é em grande escala e sua riqueza imensa, porém o seu engrandecimento nenhum.

Não sabemos se certo a quem culpar por sevelhante decadência, se a Câmara por seu desleixo, se aos habitantes por

sua inércia. Pesto que vacillemos nesta dúvida, não podemos contudo deixar de confessar, que nos inclinamos mais a crer que a falta toda provém da Câmara Municipal, visto que ella é quem dispõe dos meios essenciais para atingir os fins.

Sim, ou os Srs. Vereadores não comprehendem a alta missão de que os encarregaram os seus municípios, ou, comprehendem-a, são tão desleixados no cumprimento dos deveres, inherentes á tão elevadas posições, que pouco lhes importa o bem estar geral de todos aquelas, que, aimadas sempre confiadas, lhes concederam os seus suffragios.

Se os Srs. Vereadores lancarem suas vidas para as suas, bedem o prazer desta Cidade, se reflectirem no que pode resultar de tal desvalorizado estado ; se os comprehendem a que tanto sob sua responsabilidade a execução das leis sanitárias — que correspondem a conservação da população integral ; se olharem para essa Cidade, que ha poucos dias mandaram examinar por uma comissão, onde se achou uma imensidão de bens eעתados, disfarçando uma ociosidade activa em tudo e por tudo, atraindo indubbiamente males contagiosos e pestíferos ; se, de certo não haja de conceder que tenhamos razão de taxá-los de puros falsoz no cumprimento de seus deveres, ou, pelo contrário ás suspeitas que lhes pertencem.

Doloroso é a realidade para nós, vermos-nos obrigados a lançar mão de tão meios para atrair a atenção de SS. mas como no publicarmos sua inicia e desleixo não temos em vista mais, de que o desejo de prosperidade e conservação do nossos concidadãos, esperamos que não seremos stigmaçados por SS. mas, antes cremos que nos agradecerá por lhes termos dispensado por este meio os sentimentos de dignidade e zelo, que, aliás, aqui adormecidos, accordarão com este pequeno aviso do Carijo que os deve tirar da completa inação em que até agora temos deixado.

Ís tinhamos escrito e se assim composto o prezente artigo quando fomos o edifício da Presidência da Província o. 23 de 5 do corrente mês, publicado nos jornais desta Cidade, o qual comprova o que seia dava-nos dito sobre o desleixo e relâxão dos Srs. Vereadores.

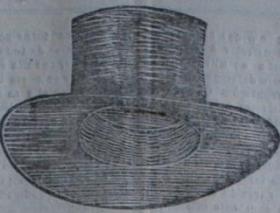
A Função Lírica do C. Calcagno.

Quando vimos anúnciá-lo, dia 14 do corrente, a função lírica do Sr. Calcagno, o Sr. Eholi, sentiu-nos na realidade deslizar, nosso encarregado, pensarmos nas deliciosas sensações que nessa noite teríam de arrebatá-nos sentidos ; julgámos e preparamos-nos para ouvir mil torrentes d'harmonia, d'envolta com os sons mais melodiosos, que, sublitrando-se em nossa alma, nos conduziriam, sem

ATTENÇÃO.

Todos podem comunicar os seus pensamentos por palavras escritas, e publicá-las na imprensa sem dependência de sensata: com tanto que bijão de responder pelos abusos que commetterem no exercício deste direito, nos casos, é pra a forma que a lei determinar.

(Art. 173 § 4º da Constituição do Imp. J.)



O CARIJO'

publica se indeterminadamente, duas ou mais vezes na semana. Recebe gratis qualquer artigo aprovado da administração actual da província, bem como os de interesse geral; pagando-se uma modica retribuição pelos de interesse particular.

PREÇOS DE ASSIGNATURAS.

Nesta cidade 1.000 por mês, fora d'ella 3.000 por trimestre.

O CARIJO'

Jornal Crítico e Recreativo.

Si la parole du poète est quelquefois amère, à qui la faute ?
(Victor Leroux.)

ANNO I.

SEXTA-FEIRA 23 DE DEZEMBRO DE 1853.

N. 6.

Mofina do Carijo.

A natureza foi tão justa para com o deputado provincial Antonio José Caetano da Silva, que lhe dotou as faces da cor do esbanho; nada ha no mundo que as façan corar.

O CARIJO'.

O DEPUTADO PROVINCIAL ANTONIO JOSÉ CAETANO DA SILVA. — EX-ADMINISTRADOR DA MESA DE RENDAS DESTA CIDADE.

Revolte-te no d'onde nasceste,
Ruge, morte-le peçonhento animal,
Cujo nome vêem os poucos
Nem a face da fúria nem honesto,
Nem do auctor as canas nem quebraveis.

(P. B. de Moura, Poesia inédita.)

(Continuação do n. 5.)

Agora que temos patenteados os justos motivos que levaram a presidencia da província a lavrar o acto de demissão do Sr. Antonio José Caetano da Silva; agora que temos sombreado o quadro que esse homem havia colorido a seu bel prazer; é justo que, lançando sobre elle espesso véo, tratemos de encarrir a vida desse homem pelo verso desse quadro.

Não nos ocuparemos de tratar de todas quantas

infamias esse ente ha praticado em sua juventude, porque muitas delas podem ser desculpadas, e outras devem recair sobre aquelas que tinham a seu cargo o incutir-lhe, a pouco e pouco, os sentimentos do brio e de vergonha.

Não é de certo no centro do debaixo e da devassidão, chafurdado no lodaçal de tudo quanto ha de torto, que se podem adquirir nobres sentimentos; antes pelo contrario, se alguns laivos existem no coração d'aquele que ali se lança, vão pouco e pouco esvanecondo-se que afinal a propria lembrança da existencia desses sentimentos se varre da memoria.

Eis o que é de certo aconteceu a Antonio José Caetano da Silva; na idéa apenas do entendimento, atirado ao abandono e ao lodo da devassidão, não podia de maneira alguma deixar de prostituir-se, e de embotar-se em seu coração todo e qualquer bom sentimento, do que a natureza por ventura o houvesse dotado. Não pezando porém, como dissemos, sobre elle a responsabilidade moral de sua prostituição, passaremos por alto sobre todo esse amontoado de loucuras, desvarios e até de crimes; e o acompanharemos quando, trazido pelas azas da fortuna (sempre disposta a proteger tudo quanto é mau) aportou de novo ás plagas do Rio Grande.

Dotado, além de outros, de um sentimento de personalidade inaudita, possuindo aquella habilidade com que a natureza costuma dotar todo o ente propenso ao mal, elle, posto que sua ignorância o inhibisse, afrouxe com tudo a carreira que melhor lhe parecesse facilitar lhe os meios de adquirir uma pequena posição. Essa carreira foi pois aquella que mais nobreza e sublimidade encerra em sua essencia; a do jornalismo.

Ello porem que a sua inteligencia nunca lhe facultou compreender a missão d'um escriptor, assentou

Sendo publicado “indeterminadamente”, *O Carijó* não conseguiu circular constantemente, visto que, um outro exemplar, datado de 23 de dezembro de 1853, apresentava o número 6, significando que, em quatro meses, publicaram-se apenas seis números, bem diferente da proposta inicial de circular “uma ou mais vezes por semana”. Revelavam-se, assim, as amplas dificuldades que enfrentavam, à época, os responsáveis pelos jornais, pois, apesar da pequena quantidade de números em circulação, em uma matéria editada naquela data, intitulada “Pequeno Folhetim”, o periódico comemorava a continuidade de sua existência.

Essa edição de 23 de dezembro foi praticamente toda dedicada a ferrenhas críticas ao jornalista e deputado provincial Antônio José Caetano da Silva, além de trazer em seu conteúdo uma profunda desilusão para com a política:

Isso de política é um lamaçal onde o homem emporcalha-se todo sem proveito; tanto me importa governar um como outro partido, encaro estas coisas como se deve encarar; e o mais “*viva la patria*” – como diz o espanhol.

Assim, enquanto circulou, o que não duraria além de 1854, *O Carijó* não atuou com a “imparcialidade” prometida. A discussão da política parecia algo inerente ao redator, envolvendo-o por mais que ele mesmo argumentasse que dela quisesse se afastar (ou, talvez, que outros quisessem que ele se afastasse):

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

... ai, ai, ai, ai... onde vou? Sem dúvida atolar-me no charco da política, quando há pouco dizia que era indiferente a essas coisas.

Em setembro de 1862, circulava no Rio Grande um jornal que se intitulava como “literário, recreativo e noticioso”, era *O Independente*, de “propriedade de Fonseca, Silva, Cardoso e Campos”, com quatro páginas impressas na Tipografia do *Comercial* e assinado por 500 réis mensais. Como pasquim, utilizava uma linguagem coloquial e até informal para com o seus leitores.

Naquela edição comemorava o seu segundo número, dirigindo aos assinantes os seus “habilíssimos agradecimentos” e respondendo às “solicitações” de seu público leitor:

Porém, com a nossa tagarelice não dissemos em que consistia o pedido [do público], tem alguma coisa de tão misterioso, assustador e terrível (...). É a política, aquela fina invenção da intriga e dos interesses que em tudo se mete, deixando sempre um sinal que faz descobrir a sua origem infernal. (...)

As vezes, (...) havemos de encaixar alguns artigos políticos com firmeza e resguardo. (...)

Munidos de toda esta artilharia grossa e miúda, satisfaremos os nossos assinantes.

PASQUINAGEM E SÁTIRA NA IMPRENSA RIO-GRANDINA

Anno I. Segunda-feira, 15 de Setembro de 1862. N. 2.

O INDEPENDENTE.

Este Jornal é literário, recreativo e noticioso e propriedade de FONSECA, SILVA, CARDOZO E CAMPOS.

Subscrever-se na typographia do «Commercial» por 500 rs. mensais.

O INDEPENDENTE.

AOS NOSSOS FAVORECEDORES.

Apesar o primeiro numero do nosso jornalinho huiu à luz e já a affluencia dos assinantes nos obriga a dirigir-lhe nossos humilhissimos agradecimentos pelos favores que nos dispensa.

Mas, se o sefor das gracas abeiu-se para deixar sair abundante 500 rs., o das exigencias não ficou fechado.

Não são condições que nos sejam impostas, é um pedido feito com tanta ingenuidade que nos põe na tristezação de aceitar ou desagrada a muitos dos nossos favorecedores. E o que seria tal pedido? dirão alguns dos nossos leitores.

Azumilagre, apparição ou nova história do diabulho da mão furada?

Se fosse só isso, facilmente seríam satisfeitos.

Algum artigo critico, revista semanal, folhas ao vento, correspondencia suposta ou coisa que o valha?

Nada disso, emais impotente, mais difícil e menos interessante.

Faria uma critica, não faltam tipos; para revistas semanais, um mosaico de mentiras arranjadas num estilo pesado e insulso; para folhas ao vento, algumas tiras de papel amago com alguns pensamentos alheios, reproduzidos com insolencia e impudicidade por obra de casa; para correspondencia tomase, qualquer papulho, bortear-se sobre aquela tal garça um qualquer ramalhete de dormideiras ou cravos de defunto, amarrado com algumas círculos francesas ou inglesas, em vez de fitas, assinando-se *Catar*, *Franklin* ou *Mephistopheles*, e lá vai para o domínio publico a admiração das gracas presentes e futuras a estupenda pega d'architectura.

Perem, com a nossa tagarelice não deemos em que consistia o pedido... tem alguma coisa de tão misterioso, assustador e terrível, que só de lembrarmo-nos dele arripido-se-nos as carnes.

E a politica, aquela finainvenção da intriga e do interesse que em tudo se mete, deixando sempre um sinal que fiz descolar sua origem infernal.

O que desanima e reconheceremos que de um pequeno formato so um jornal tivemos nesta cidade, que foi além de todas as esperanças, realizando a grandeza de seu fululo, creando um partido, convertendo os iníciis patriotas e impondo respeito à muitos figuerões de papo amarrolho, que se vião em calças pardas, quando seus redactores festejão a pavana.

O jornal chama-se — O POVO — era de povo, para

que o povo é morto, quando a intriga lhe tiver per-

sudado que sua ventura consistia em abaixar a cabeça, quando alguns privilegiados levantavão a sua; em dizer *amen*, quando de suas bocas saího as sacramentas palavras; a *canhota brama, atire-se-lhe um oso*.

E o povo esqueceu seu orgão, derrubou o ídolo que levantara e adorara, fez enmudecer o oráculo que lhe predizia o futuro, açoitou a Cassandra que tanto desselevava pela sua ventura.

Não importa, sem sermos da alura do *Povo*, somos do povo e salisfazemos as exigencias dos nossos assinantes.

Trataremos da politica, mas de um modo que realize a epígrafe *Ridendo castigat mores*, do homem-mosaico, que por não ser de sua lava, não nos pôde tratar do pão? gritaria, sem incorrer na mesma pena,

As vezes, quando faltar a matéria (do que Deus nos livre e guarde!), haveremos de encaixaralguns artigos politicos, com firmeza e resguardo, para não despertar a desconfiança dos professores da terra que, nessa sciencia profunda, não só e basta à qualquer esperitalhão que tentasse, como elles, pescar em águas turvas.

Pelo proximo vapor receberemos algum serramento de noticias, e lá dos campos de Piratininga e de Macaco, algum amigo nos hâde informar do estado daqueles povos, quando governa a sabedoria, o comando e o prazer, onde nos seus harmoniosos trinados os passarinhos repêdem n'um continuo concerto; *ditosa condicão, ditosa gente!*

Muitos de toda esta artilleria grossa e munda, salisfaremos os nossos assinantes e mereceremos maior numero de 500 rs. mensais.

Temos dito (com a devida vénia do redactor *Tutu*.)

NOTICIARIO.

Cordialidade. — O collega do *Diário* em seu numero de quarta-feira teve a bondade de dispensar à aparição de nosso pequeno jornal, algumas phrases repassadas de cordialidade; agradecendo o seu lisongeiro acolhimento, garantindo ao collega que tudo invidaremos para merecer-lhe a continuação da sua sympathia.

Ao collega do *Echo do Sul* agradecemos também a benevolencia com que nos tratou, apesar do esquecimento que ia tendo.

Para mais tarde. — Fica em nosso poder a *Chronica Nortense*, que por falta do espaço deixamos de publicar neste numero e que faremos segunda-feira proxima.

O Independente procurou seguir o modelo dos periódicos diários, informando notícias sobre o movimento da Barra e o movimento do telégrafo, porém, sua predileção era pela crítica política, como ao reclamar da Câmara de Vereadores, questionando se a mesma:

Estava esquecida que ao povo deve o lugar que ocupa, que a sua eleição é a mais livre porque é direta, mas que impõe deveres de gratidão e patriotismo que nunca devem ser esquecidos?

Apesar de seus propósitos de “ser do povo”, mesmo sem estar “à altura” do mesmo, mas buscando satisfazer “as exigências de seus assinantes”, *O Independente* teve curta existência¹⁴.

Também no início da década de 1860, foi publicado no Rio Grande *O Liberal*, um semanário “político, literário e recreativo” de quatro páginas, que custava 1\$500 trimestrais, editadas na Tipografia do *Comercial*, tendo “Alves & Ferreira” como proprietários.

¹⁴ O único número encontrado foi o de 15 de setembro de 1862. Abeillard Barreto não faz referências à existência do jornal além de setembro de 1862. BARRETO, 1935. p. 5.

PASQUINAGEM E SÁTIRA NA IMPRENSA RIO-GRANDINA



Esse jornal, que provavelmente surgiu em janeiro de 1863¹⁵, defendia o grupo dos liberais, considerados como os “homens mais respeitáveis e respeitados pelo povo, que presidião suas reuniões, que se punham à frente de seus movimentos, para que este nunca se desvisasse do verdadeiro caminho”, eram assim, segundo o periódico, “reconhecidos como a égide e o farol do povo”. Já os conservadores eram vistos como “aqueles homens que, por longos anos, mergulharam o Brasil no indiferentismo e o obrigaram a uma parada lastimosa”, seguindo um “fanatismo de partido”.

O Liberal fazia manifestações fortemente patrióticas a respeito da posição brasileira diante da Grã-Bretanha nos episódios que envolveram a Questão Christie, classificando-a, no artigo “A Questão Anglo-Brasileira”, como uma “atitude cheia de dignidade” e publicando versos de enaltecimento à postura diplomática brasileira¹⁶. Segundo o jornal as elogiadas

¹⁵ O exemplar encontrado deste jornal data de 26 de janeiro de 1863, como apresentava o número 3, o mais provável, se a folha conseguiu seguir, no princípio, a periodicidade prevista, é que a mesma tenha surgido em janeiro daquele ano. Nenhum dos autores que aborda os jornais rio-grandinos faz referências mais precisas quanto ao período de existência de *O Liberal*. Abeillard Barreto limita-se a enquadrar o periódico na década de 1860. BARRETO, 1935. p. 5.

¹⁶ Dentre essas expressões de ufanismo, pode-se destacar os versos: “Repeli brasileiros/ Da soberba Albion a prepotência/ Dos brios vossos tirastes a força/ Contra a força afrontosa da insolência/ Qual de vós deixáreis filhos valentes/ Deste heroico país tão esforçado/ Impune o pó que foi germe do insulto/ O rosto seu manchar não maculado/ Fiéis escudos do Trono Brasileiro/ Vós da pátria, Titãs em valentia/

PASQUINAGEM E SÁTIRA NA IMPRENSA RIO-GRANDINA

atitudes brasileiras também eram fruto da influência liberal:

Era preciso que o partido nacional, cognominado - Liberal - depois de muitos esforços e sacrifícios ocupasse as pastas ministeriais, para elevar-se à altura de sua missão, repelir com toda nobreza de caráter, humilhantes proposições e fazer ao país o maior serviço, dando-lhe oportunidade ocasião de manifestar suas simpatias e sua adesão para a manutenção intacta do nosso sistema livre, das instituições venerandas e, sobretudo, da suscetibilidade nacional, quando injustamente se pretende ditar-lhe leis ou exigir satisfações inteiramente opostas à sua dignidade e repugnantes a seu distinto caráter.

A existência de *O Liberal* refletia, na primeira metade da década de 1860, o cenário político vivido no Rio Grande do Sul, no qual os liberais históricos, não afinados com o Partido Liberal Progressista, buscavam a reorganização do Partido Liberal.

Um dos pasquins mais agressivos que a cidade do Rio Grande possuía foi *O Cronista*, que, apesar de autopropor-se como “jornal sério e filantrópico”, utilizava praticamente todas as suas oito páginas para atacar determinadas pessoas ou circunstâncias. Surgido a 9 de julho de 1863, tinha até como lema uma frase

Defendei com vigor vossos direitos/ Que insultou violadora tirania/ Os foros que gozais de povo livre/ De já mortos heróis santo legado/ Pelas cinzas desses bravos sustentá-los/ Tornei o solo nosso respeitado!”.

provocativa – “Não tenhas, minha musa, medo deles: vai lhes dando de rijo, fogo neles”. Já em dezembro de 1864, mudavam as palavras, mas não o tom agressivo, que se tornava ainda mais incisivo e direto, passando o dístico a ser o provérbio popular “quem com ferro fere, com ferro será ferido”. Apresentava-se como obra de “redatores diversos”, sendo impresso na tipografia do *Eco do Sul*.

No primeiro número, *O Cronista* informava que seria publicado “indeterminadamente, à mercê de seus redatores”; não admitia assinaturas, sendo seus números vendidos de forma avulsa a 440 réis cada um. A redação aceitava “todas as comunicações”, mesmo que anônimas, “relativas à crônica de qualquer entidade da terra”, porém, reservava-se o direito de publicar somente as que julgasse “dignas de publicidade”, inutilizando as que não se enquadrasssem nesse caso. O periódico colocava-se, praticamente, como veículo à disposição para a prática do direito de resposta, pois se propunha a publicar, de acordo com as conveniências de seus redatores, “todos os escritos remetidos à redação, em desagravo de afrontas assacadas pela imprensa prostituída do lugar”. Também dentre seus princípios, contava com um que, de acordo com o estilo da folha, tornava-se inexequível, ao afirmar que “o pugilato de nomes próprios” não seria admitido nas colunas do jornal.

O CHRONISTA.

JORNAL SÉRIO E PHYLANTROPICO.

REDACTORES DIVERSOS.

Non tenhas, minha muza, medo d'elles ;
Vai lhes dando de rijo, foge n'elles .

N. 1.

QUINTA-FEIRA, 9 DE JULHO DE 1863.

ANNO 1.

AVIZO.

Este jornal publica-se indeterminadamente, á mercé de seus redactores. Não admite assignaturas; os numeros avisos são vendidos no escriptorio da typographia do *Echo do Sul*, a 440 rs. cada um.

A redacção aceita todas as communicações, ainda mesmo anonymas, relativas à *chronica* de qualquer entidade da terra, reservando-se o direito de publicar as que julgar dignas de publicidade, e inutilizar as que não estejam n'esse caso.

Todos os escriptos remetidos á redacção, em desagravo de afrontas assacadas pela imprensa prostituida do lugar, serão publicados gratuitamente, ou não publicados, conforme convier á mesma redacção.

O pugilato de nomes proprios, não se admite nas columnas deste jornal.

Os escriptos enviados á redacção, não serão restituídos, mesmo quando deixem de ser publicados.

Toda a correspondencia deve ser dirigida em carta fechada ao escriptorio do *Echo do Sul*, com endereço á redacção do *Chronista*.

O CHRONISTA.

Cavaco, servindo de programma.

Todos aquelles, que n'esta província ou fôra d'ella, tiverem lido uma das folhas que se publica nesta cidade, e que é redigida por um estrangeiro q^{ue} renegando a terra que lhe dê o bergo, não cessa de morder a madastra que lhe mata a fome; todos que tiverem lido esse jornal, dizemos, hão de ter visto a feroz temeridade, com que ha longo tempo são atados a esse pelourinho infamante, não só os redactores do *Echo do Sul*, como as pessoas das famílias á que pertencem, os redactores.

Entretanto terão todos visto e admirado, como nós, a resignação evangélica com que o *Echo do Sul* e seus redactores tem suportado essas injurias, sem dúvida forçados, á assim procederem, pelo respeito que se devem á si e ás conveniencias sociaes que lhes cumpre guardar, no alto da tribuna em que se acham collocados.

Tomado, quicá, por cobardia, o silencio respeitoso para o publico, q^{ue} tem guardado o *Echo do Sul*, os vizinhos detractores da honestidade, cada vez mais elevam o seu arrojo e o menosprezo que tributam a tudo o que é nobre, a tudo o que é puro; e, despeitados, fúriosos mesmo, à laia de cães damnados; por verem que não podem chegar á si-

O CHRONISTA.



**Quem com ferro fere
Com ferro será ferido.**

Não tenhas, minha muza, medo d'elles ;
Vai lhes dando de rijo, fogo n'elles.

ANNO II. Quinta feira, 1º. de Dezembro de 1864. N. 2.

O CHRONISTA.

AOS homens de honra.

**Quem com ferro fere
com ferro será ferido !** — Eis a legenda do divino Mestre, que adulterada pelos reprobos da christandade, se atirou ás luebas para cuspir-se á face do homem honesto e laborioso, a infâmia e torpezas que encerram a vida d'aquellos que trascavam com todos os sentimentos que elevam o coração humano.

Legenda de sangue, que submissos aceitamos, mas que declinamos a responsabilidade dos seus efeitos, e protestamos contra aquelles que os provocaram.

Levante-se o holocausto; sacrificuem-se as victimas; corra, não o sangue, porém mais do que isso, o pudor, a honestidade, a virtude da mulher que incauta e inerme, sem outro apoio mais que a religião de seus deveres, ahi se arvora como instru-

mento de paixões ignobres, ahi se trafica com ella; ahi se arroja, como réptil immundo, aos pés das turbas, semelhantes a bárbaros, ahi se exibem os escândalos e prostibulos.

Não importa : — á testa dessas turbas, se acha o representante da lei, o agente da autoridade publica, o pai de família, o homem que tudo sacrifica a seos odios, á sua vingança; — todos o conhecem; — temos vergonha, mas não medo de nomeal-o.

Não importa ; chegou a época em que o Rio Grande deve pagar um tributo de vergonha e oprobrio ; chegou a época em que esta terra, que outrora simbolizava a heroicidade, se vê prezada de um vandalo, que, impunhamdo o gladio da autoridade que lhe confiou a immoralidade e a corrupção, fez desse gladio a carabina do salteador, e rodeado dos seus facinoras, ahi ataca sem distinção, por todas as esquinas e ruas, a bolsa, a hora e a vida do cidadão honesto e laborioso.

Chegou a época em que n'esta terra, outrora império da civilização e do progresso, um homem sem lei

PASQUINAGEM E SÁTIRA NA IMPRENSA RIO-GRANDINA

A folha, em sua edição inicial, apresentava seus intentos, em matéria intitulada “Cavaco servindo de programa”. Destacava que surgia praticamente como uma resposta e na defesa dos redatores do *Eco do Sul*, os quais considerava atacados injustamente pela “imprensa prostituída” da cidade, e prometia reagir:

Até certo tempo, o punhal da calúnia e da injúria embebia-se todos os dias naqueles redatores e nas pessoas de suas famílias, sem que ninguém lhes antepusesse um escudo que os resguardasse dos botes infamantes de seus vis detratores. Hoje, porém, aumentaram as vítimas [que], por seu turno, são diariamente atadas ao poste infamante dessa imprensa prostituída (...).

Fomos feridos naquilo que mais respeitamos e prezamos, com as mesmas armas, e talvez mais aguçadas, feriremos (...) sem piedade a todos os salteadores que nos atacaram.

Seu “programa” era concluído de forma ainda mais ameaçadora, garantindo que, como detentor da “justiça”, estaria na obrigação de atacar e expor as “falhas morais” de seus inimigos:

Lutaremos, sem tréguas, sem considerações, sem receio, iremos com o cutelo da justiça e da razão rasgar um a um esses véus aspersos que encobrem a podridão, o vício e o crime, desses que açulam os cães que todos os dias nos perseguem com seus latidos hidrofóbicos. (...) Pois bem, não seremos os que terão de lamentar as consequências. Forçados a encetar uma luta que odiamos, temos coragem de sobra para não depormos as armas, enquanto não virmos nus,

exangues e expostos à irrigação pública esses covardes e infames detratores.

Ainda no número um, foi escrito um artigo denominado “Ferroada”, no qual a folha atacava diversas pessoas da cidade, sem identificá-las direta e abertamente, através de linguagem figurada e comparações com coisas e animais, mantendo o estilo de redação ao utilizar fartamente palavras de forte conotação pejorativa como “parasita”, “libidinoso”, “safado” e “cachorrada”.

Em outro exemplar de *O Cronista*, datado de 1º de dezembro de 1864, o jornal continuava com sua linguagem virulenta. A título de exemplo, pode-se citar o ataque promovido contra um certo Ribas (provavelmente o chefe de polícia Antônio Antunes Ribas), com versos chulos e ricos em desqualificativos:

O Ribas é um rafeiro
Que tem cara de sendeiro
E um corpo mui esguio!
Além disso é um tratante
Um infame sacripante (...).

O Ribas é um bandalho
Que merece um bom vergalho
Para não ser danado cão
É um vil leproso
Com passado bem famoso
Com presente de ladrão.

PASQUINAGEM E SÁTIRA NA IMPRENSA RIO-GRANDINA

Assim, apesar de uma existência não muito longa¹⁷, *O Cronista* deve ter provocado, através de suas cortantes críticas e ataques pessoais, alguma agitação na vida rio-grandina, ou pelo menos entre seus leitores, ou ainda, principalmente, dentre os seus desafetos.

Já na segunda metade da década de 1860, ainda circulou, na cidade do Rio Grande, outro periódico do gênero pasquim, foi *O Guarda Nacional*¹⁸. Esse jornal não prestava maiores informações em seu cabeçalho, destacando apenas que era publicado “em dias indeterminados na Tipografia Moderna”, de modo que não identificava a responsabilidade de sua autoria. A intenção dessa folha foi atacar o “Comandante Superior da Guarda Nacional”, tendo em vista suas determinações quanto à corporação que comandava.

¹⁷ Não há referências quanto ao número de publicações de *O Cronista* entre 9 de julho de 1863 e 1º de dezembro de 1864, datas dos dois números encontrados. Quanto ao seu período de circulação, Abeillard Barreto, com dúvidas, supõe que o jornal ainda conseguiu ser publicado até 1865.

¹⁸ Somente o número 2, de 14 de dezembro de 1866, desse jornal foi encontrado, não havendo nenhuma referência sobre o mesmo dentre os autores que historiaram a imprensa rio-grandense e/ou rio-grandina.

O GUARDA NACIONAL.

Publica-se em dias indeterminados, na typographia MODERNA, rua Zallony n. 37.

ANNO I. RIO GRANDE, TERÇA-FEIRA, 14 DE DEZEMBRO DE 1866. NUM. 2.

O GUARDA NACIONAL.

O Sr. Comandante Superior da Guarda Nacional.

A ordem do dia é a anarchia DETERMINAÇÃO lavrada pelo Sr. comandante superior da guarda nacional designando os officiaes e praças para o 3º corpo do exercito que o bravo general Ozorio achasse encarregado de organizar.

Pensaria na opinião publica o Sr. comandante superior quando propôz semelhante ordem, ou julgou poder molar-se d'ella?

Mereceria tão pouco conceito? Estará S. S. acostumado a já não fazer caso d'ella? Assim o cremos a julgar-mos pelo seu procedimento.

O Sr. comandante superior, pensando talvez que a opinião publica feixaria os olhos ao seu querer posso e mando, lançou mão d'uma vil arma, a—superioridade,—para satisfazer sua caprichosa vindicta!

Rasgou, n'um acesso de furor, a legislação da guarda nacional q' possuia e julgou assim poder faser o que a sua imaginação escandecida ou o mau impulso do seu coração pretendia. Esqueceu-se de que era homem para só lembrar-se que era fera; pois que fera é o homem que em si não tem sentimentos humanitários.

E depois, quando fôr apeado do lugar em que se acha colocado; lembrando-se do passado só encon-

trará pezares que o magoem e ros-
tos humanos cuja vista o ha de
affligr, maldições que o acompan-
hão por toda a vidas em poder
obter indulgência! Ha de dar pro-
fundos suspiros pela lembrança dos
seus crimes e a desesperação virá
acompanhada de seu cortejo de
horrores.

Sobre quem lançou S. S. seu
fero olhar? para os pobres opera-
rios da secção d'Artilleria!... por
que são pobres quer S. S. excluir-
los da sociedade, bani-los de sua
patria, de seus pais e seus amigos? que
mal lhe fizeram? por acaso se-
rão infames salteadores, homens
que só vivem do seu trabalho, que
não são pesados á sociedade, como
o são muitos colocados no de grau
da sociedade em quo S. S. está?
Talvez o defeito que tenham é se-
rem virtuosos porque são pobres.
Serão por acaso monstros que devem
ser repelidos da sociedade?
São homens como vós, deveis amar-
los, são infelizes que deveis respe-
itar e mitigar-lhes as dôres.

O officioso Sr. comandante su-
perior querendo talvez ganhar as
BOAS GRACAS do governo, ofereceu-
ao Exm. barão do Herval praças da
guarda nacional do seu commando
para engrossarem as fileiras do 3º
corpo do exercito. O offerecimento
foi aceito por aquele Exm. Sr.
com a clausula de serem aquelles
que estivessem no caso.

PASQUINAGEM E SÁTIRA NA IMPRENSA RIO-GRANDINA

O Guarda Nacional afirmava que “a ordem do dia era a anarquia”, tendo em vista as determinações daquele comandante que, segundo o jornal, não levara em conta a opinião pública, lançando “mão de uma vil arma, a superioridade, para satisfazer sua caprichosa vindita”. Acusava o comandante de “rasgar, num acesso de furor a legislação da Guarda Nacional”, julgando “assim poder fazer o que a sua imaginação escandecida ou o mau impulso do seu coração pretendia”, tendo em vista os critérios adotados para a convocação dos componentes à Guarda Nacional.

Segundo o jornal, o comandante da Guarda Nacional só tinha um alvo:

Sobre quem lançou S. S. seu fero olhar? Para os pobres operários (...) porque são pobres, quer S. S. excluí-los da sociedade, bani-los de sua pátria, de seus pais e seus amigos? Que mal lhe fizeram? Por acaso serão infames salteadores, homens que só vivem do seu trabalho. (...) Talvez o defeito que tenham é serem virtuosos porque são pobres. (...)

S. S. banqueteia-se ao sussurro dos prantos e lamentos que essas desditosas mães vertem, como Nero banqueteava-se ao crepitante estalar das chamas que incendiavam Roma e ria-se ao ouvir as lamentações do pobre povo!

Desse modo, *O Guarda Nacional* demonstrava os problemas gerados na cidade a partir do esforço de guerra e a constante arregimentação de forças provocados pela Guerra do Paraguai, adotando-se uma série de providências defensivas devidas ao temor de que os *blancos* uruguaios se rebelassem, em apoio ao

Paraguai, e, invadido a Província, chegassem até a cidade do Rio Grande. Esse receio levou à mobilização de todos os contingentes possíveis e, quanto à Guarda Nacional, o problema da convocação era ainda agravado devido à sua composição¹⁹.

A mobilização de setores da população economicamente ativa trazia implicações socioeconômicas negativas para a cidade, levando à publicação de um jornal que, em nome dos “pobres” e do “povo”, protestava contra tal situação.

Assim, embora tenham existido alguns pasquins tardios, o período entre as décadas de 1840 e 1860 foi a época na qual mais eles apareceram, caracterizando um dos setores da imprensa rio-grandina por uma índole combativa, agressiva e contestatória²⁰. Suas existências

¹⁹ O Conde D’Eu, no seu “diário de viagem” refere-se aos contingentes desta guarnição: “Compõe-se a Guarda Nacional unicamente de habitantes da cidade, na maior parte empregados do comércio. Por isso não se vê nela um só homem de cor, e o tipo geral indica um grau de educação superior ao dos guardas nacionais do norte. Em compensação, os oficiais mostram bem no aspecto que saíram agora mesmo dos seus escritórios e dos seus estabelecimentos de venda, e que vão já voltar para lá”. EU, Luís Filipe Maria Fernando Gastão d’Orleans, Conde D’. *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; EDUSP, 1981. p. 23.

²⁰ Francisco Rüdiger explica, quanto ao pasquim, “que o personalismo foi seu traço mais destacado, característica que não expressa senão a falta de estruturação do campo político à época. No entanto, isto não significa que ele escapou às articulações com os processos sociais então verificados na Província. Pressupondo ideias, ainda que genéricas, sobre o político-social, a pasquinagem foi sua produção de sentido

PASQUINAGEM E SÁTIRA NA IMPRENSA RIO-GRANDINA

exíguas, na maioria dos casos, eram devidas às suas próprias características de polemizar, atacar ou dar uma resposta diante de determinadas circunstâncias muitas vezes passageiras. Além disso, em boa parte, foram publicações anônimas, prática ilegal, sendo previstas sanções à circulação desse tipo de impresso, pela legislação então vigente.

No que tange aos pasquins rio-grandinos de caráter tardio, eles apareceram como reflexo das próprias disputas políticas que, em alguns casos, levaram indivíduos a enfrentarem-se, do ponto de vista pessoal, através da imprensa²¹. Essas folhas continuaram na prática do jornalismo opinativo, usando uma linguagem ferina, direta e informal para com o público. Alguns procuraram pender para o lado humorístico, enquanto outros expressaram abertamente seu intuito de atacar ou responder a acusações.

O *Diógenes* era uma publicação anual de quatro páginas, que se apresentava como um “jornal crítico, religioso e carnavalesco”, tendo por redatores “eu, tu e ele” e custando sua assinatura “um sorriso”. Como se

como disputa privada. (...) A pasquinagem possui uma especificidade enquanto modalidade discursiva da imprensa. Por outro lado, corresponde na produção social de sentido da época à desfiguração pejorativa de um tipo de imprensa contestatória do sistema político-moral estabelecido”. RÜDIGER, 1985. p. 135.

²¹ De acordo com Nelson Werneck Sodré, “a exaltação do ambiente permite mesmo o extemporâneo reaparecimento do pasquim”. Para o autor, era, no entanto, um “fenômeno isolado”, tratando-se de “casos esporádicos, aliás da pior espécie”, com o predomínio da “virulência pessoal, detalhada e particularíssima”. SODRÉ, 1966. p. 265.

pode observar pelo próprio cabeçalho, tratava-se de uma folha recreativa caracterizada pelo humor e publicada apenas durante o carnaval.

Tendo em vista essa tendência, a folha anual ironizava a seriedade de outros periódicos. Nessa linha, na edição de 17 de fevereiro de 1885, apresentava como intento não medir “esforços em prol da prosperidade moral, material, religiosa e política desta terra grandemente ilustrada e comercial”, assim como afirmava pretender concentrar toda a sua dedicação “na realização dos grandes cometimentos que fariam a felicidade rio-grandense”.

Na mesma edição, destacava alguns dos problemas da cidade do Rio Grande, parodiando uma análise séria dos problemas municipais, através de um tom chistoso, ao apontar questões efetivamente graves mescladas com temas sem maior relevância:

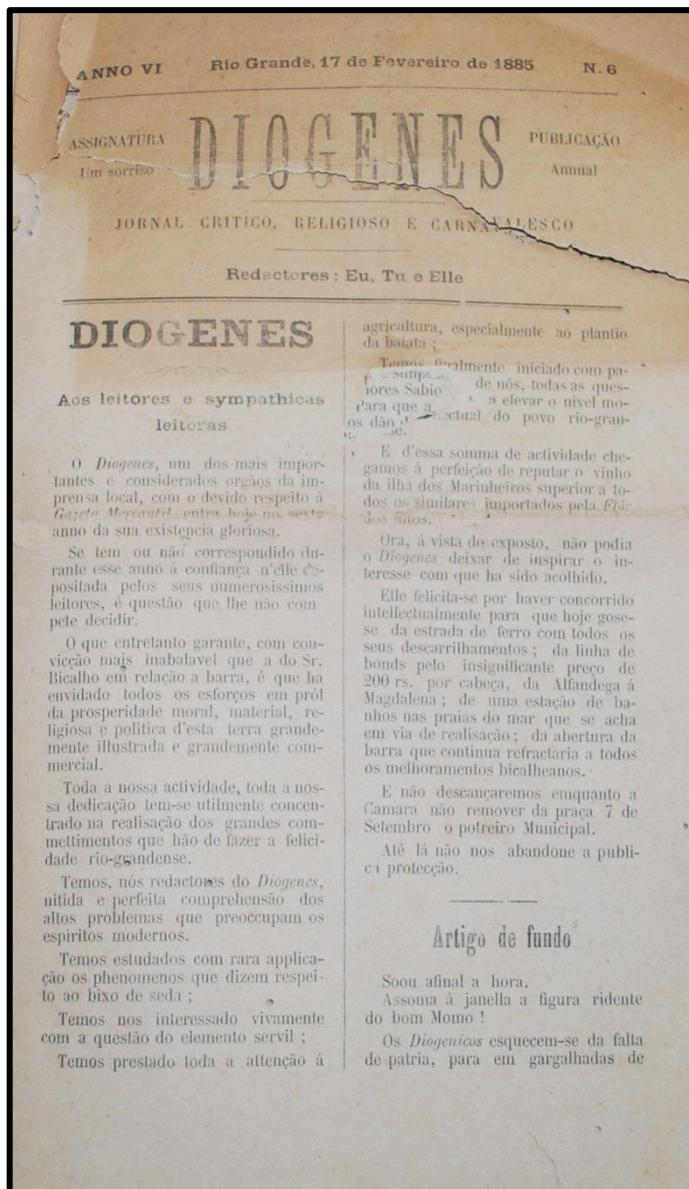
Temos, nos redatores do *Diógenes*, nítida e perfeita compreensão dos altos problemas que preocupam os espíritos modernos. Temos estudado com rara aplicação os fenômenos que dizem respeito ao bicho da seda. Temos nos interessado vivamente com a questão do elemento servil. Temos prestado toda a atenção à agricultura, especialmente no plantio da batata. (...)

[Esse jornal] felicita-se por haver concorrido intelectualmente para que hoje goze-se da estrada de ferro, com todos os descarrilamentos; da linha de bondes pelo “insignificante” preço de 200 réis por cabeça (...); de uma estação de banhos nas praias do mar que se acha em “via” de realização;

PASQUINAGEM E SÁTIRA NA IMPRENSA RIO-GRANDINA

da abertura da barra que continua refratária a todos os melhoramentos.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES



PASQUINAGEM E SÁTIRA NA IMPRENSA RIO-GRANDINA

Desse modo, criticava as autoridades públicas locais e provinciais pelas falhas nos serviços urbanos e falta de melhoramentos na cidade, crítica feita de maneira divertida, de acordo com a propensão dos espíritos no período de carnaval. Assim, por seis carnavais²², o *Diógenes* levou sua mensagem engraçada e crítica aos foliões e, persistindo nos seus pronunciamentos carregados de ironia, considerava-se, de forma nada modesta, como “um dos mais importantes e considerados órgãos da imprensa local”.

Já ao final do século XIX, ainda surgiram, na cidade do Rio Grande, alguns pasquins tardios, que eram verdadeiros folhetos. Um deles foi *A Férule* que circulou em 1897, com quatro páginas vendidas a 1\$000 réis, que registrava ser “propriedade de uma associação”. Dedicava algum espaço para amenidades como “Literatura francesa”, “Ela e o poeta” e “Porta-joias”, composta de poemas. O título do jornal derivava-se da palavra “férule”, ou seja, palmatória de aula.

É como “palmatória” que a folha traduziria seu principal intento, atacar um outro pasquim rio-grandino seu contemporâneo - *O Estado*. Segundo *A Férule*, o outro jornal lhe teria agredido, diante do que se propunha “rebater as ofensas”, comparando ambos os periódicos:

A Férule que tem tipografia própria; que está a cargo de pessoas capazes e conceituadas, que

²² De acordo com Abeillard Barreto o *Diógenes* foi publicado entre os anos de 1880 e 1885. BARRETO, 1935. p. 5. O único exemplar encontrado data de 17 de fevereiro de 1885.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

tudo empenham para sua prosperidade, não aparecia por falta de verba?

Que devemos então dizer do “Estado”, deste periódico abjeto, que só tem angariado antipatias, que não tem número capaz de assinantes, que não encontra tipografia que o queira imprimir, atento o mau conceito que gozam seus proprietários.

Que devemos então dizer do “Estado”, que nunca mereceu a honra de ser contemplado como órgão da imprensa, que não representa coisa alguma na sociedade, que é movido pelo despeito, que edita infâmias e calúnias. (5 dez. 1897)

Em contrapartida às acusações feitas ao oponente, *A Férrula* considerava-se como uma “folha que se impunha pelo critério” e que “não pedia favores que a rebaixassem ou desacreditassem”, enquanto a folha adversária seria um “órgão de despeitados, trêfegos e mazorqueiros”. Encerrava com ainda maior violência, relacionando a qualidade editorial de *O Estado*, com o lixo de *A Férrula*:

Quando não tiverdes matéria para editar em vosso jornal, senhores do “Estado”, vinde ao nosso escritório, onde encontrareis na cesta dos papéis inúteis, originais que vos podem servir, mas não editeis calúnias (...).

A vergonha não se compra na botica, senhores do “Estado”.

PASQUINAGEM E SÁTIRA NA IMPRENSA RIO-GRANDINA

<p>Escritorio a rua L. Benjamin Constant n.º 60</p>	<p>PROPRIEDADE DE UMA ASSOCIAÇÃO RIO GRANDE 5 DE DEZEMBRO DE 1897</p>	<p>Assinatura Por mês 1:000 Pag. adiantado N. 24</p>
<p>A «Ferula»</p> <p>Lendo o «Estado», em seu numero de domingo, encontramos na seção «Echos», uma al referente ao nosso jornal, que por julgamos offensiva, temos rehater.</p> <p>Disse o Sr. «Sordul», que digamos ser o Sr. Raymundo Ferreira, que a «Ferula» não tinha por falta de «verba».</p> <p>Por falta de verba ? ...</p> <p>E' irrisorio, senão ridicula esta asserção ?</p> <p>A «Ferula», que tem typographia propri ; que está a cargo de pessoas capazes e encetuadas, que tudo empeçham para sua prosperidade, não apparecia por falta de verbi !</p> <p>Que devemos, então, dizer o «Estado», deste periodico objecto, que só tem angariado antipathias ; que não tem numero capaz de assignantes, se não encontra typographia se o queira imprimir, attento mau conceito que gozam os seus proprietarios ?</p> <p>Que devemos, então, dizer o «Estado», que nunca meceu a honra de ser contemnado como orgam da imprensa, que não representa cousa alguma na sociedade ; que é odiado pelo despeito ; que edita infamias e calumnias, como que publicou sobre o nosso mal, e a guerra injusta e</p>		
<p>indigna, que move contra o distinco club de Regatas, insultando cobardemente um dos seus mais conspicuos membros como Oscar Centeno, somente por que não foi convidado para assistir as regatas effectuadas a 15 do passado ?</p> <p>A «Ferula», senhores do «Estado», occupa na imprensa, o lugar de um periodico serio, digno de consideração e sympathias, lugar que o «Estado», organ de despeitados, de espiritos trefegos e mashorqueiros, jamais occupará.</p> <p>A «Ferula» não tem falta de verba ; tem numero superior a duzentos assignantes, e não pede favores que rebalam e desacreditam, à ninguem, tem este justo orgulho, que o «Estado» não pode ter.</p> <p>A «Ferula» impõe-se por seu criterio, enquanto que o «Estado», só adquire inimizades e descredito.</p> <p>Quando não tiverdes materia para editar em vosso jornal, senhores do «Estado», vinde ao nosso escritorio, onde encontrareis na cesta dos papéis inuteis, originaes que vos podem servir, mas não editeis calumnias, porque hão de cahir como a que vimos refutando.</p> <p>A vergonha não se compra na botica, senhores do «Estado»...</p> <p style="text-align: right;">Pleito de Aguiar.</p>		
<p>A minha eleita</p> <p>Creio, religiosamente em teu olhar prometedor, cheio de vida e cheio de doçura...</p> <p>Sim, creio na vida e creio na morte, crendo em teus olhos.</p> <p>Elles são para mim o Tribunal Supremo que num rapido instante pôde fulminar-me, com sentença a mais dolorosa, ou com perdão o mais benigno.</p> <p>Elles, despotas modernos tem o dom de tirar ou de poupar a vida...</p> <p>E se não fôra elles o que seria a luz, a luz doce e clara da esperança. Elas que até então não sentira essa sensação divina emanada da luz de teus olhos glancos e que vem do coração ? ...</p> <p>Oh Deus ! permite que essa lux brillante e consoladora, que mostra-me no naufrágio da vida o porto de salvação, nunca afaste de min'alma a projecção de seus divinos raios ! ...</p> <p>Rio Grande.</p> <p style="text-align: right;">Deme.</p>		
<p>Correspondencia</p> <p style="text-align: right;">Am. redactor</p> <p>Agradeço vossa benevol a atenção recebendo minhas despretenciosas correspondencias,</p>		

Desse modo, *A Férrula* identificava-se com o gênero pasquim ao atacar frontalmente um outro periódico, naquele sistema de ofensas e respostas que, já há muito vinha servindo para o surgimento de um sem número de pequenas e pouco duráveis folhas²³.

O desafeto de *A Férrula* era, então, *O Estado*, uma publicação semanal de quatro páginas ao custo de 1\$000 ao mês, tendo João de Freitas como diretor e redator²⁴. Tinha seções de diversão, o “Torneio charadístico” e literárias como “Paisagem”, “O beijo e a mulher”, “Crônica semanal” e “Folhetim”,

Na edição de 25 de setembro de 1898, arvorando-se em defensor da “União Operária”, criticou fortemente o Intendente Municipal Manuel Inácio de Lacerda

²³ Não há referências quanto à existência de *A Férrula* além de 1897. O único exemplar encontrado foi o de 5 de dezembro de 1897, número este citado em SPALDING, Walter. *Exposição de Centenário Farroupilha: a imprensa e o livro no pavilhão cultural (1835-1935)*. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1995. p. 98.

²⁴ O rio-grandino João Crisóstomo de Freitas (1880-1950), contava apenas com 17 anos quando publicou *O Estado*, sendo a sua primeira experiência como jornalista, trabalhando, mais tarde, no *Eco do Sul* (Rio Grande), *O Libertador* (Pelotas) e *Jornal da Manhã* (Porto Alegre), foi também advogado, professor, contista, filólogo e teatrólogo. Dados obtidos a partir de: MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS; IEL, 1978. p. 232.; e VILLAS-BÔAS, Pedro. *Notas de bibliografia sul-rio-grandense: autores*. Porto Alegre: A Nação; IEL, 1974. p. 203-204. As referências existentes sobre *O Estado* são o exemplar de 25 de setembro de 1898, número citado em SPALDING, 1935. p. 98.; e as acusações feitas por *A Férrula*, no ano anterior o que indica que *O Estado* circulou em 1897 e em 1898. A falta de exemplares de 1897, não permite acompanhar as discussões entre esses dois jornais.

PASQUINAGEM E SÁTIRA NA IMPRENSA RIO-GRANDINA

Werneck, que ocupou esse cargo entre 1896 e 1899, tendo em vista que esta autoridade recusara-se a receber um comunicado daquela sociedade. Para o jornal, a atitude do intendente era “uma prova de descortesia” e “uma afronta ao povo”.

Atacando o intendente, *O Estado* afirmava que isso só ocorreria porque a “*União Operária*” era “composta de homens que não possuíam pergaminhos e não envergavam casacas, mas que possuíam a ferramenta do trabalho honrado e envergavam a blusa do operário”.

Acusava, assim, aquela autoridade municipal de discriminação social e de má administração, e argumentava que pelo menos restava a confiança e a esperança no futuro, através da “*União Operária*”:

Resta-nos somente uma consolação, é que, apesar da descortesia do Sr. Dr. Intendente, apesar de sua desastrada administração, surge serena e altiva a simpática sociedade “*União Operária*”, a quem esta entregue o futuro de nossa terra.

O ESTADO
Publicação semanal

ESCOLTOARIO E OFICINAS. 124 Rua B. Constant 124	DIRECÇÃO E REDACÇÃO de João C. de FREITAS	ASSINATURA Mex 10000
ANNO II	RIO GRANDE DO SUL—DOMINGO, 25 DE SETEMBRO DE 1898	NUMERO XIV

Grosseria

Acaba o Sr. Dr. Intendente de devolver á «União Operaria», o ofício que esta lhe dirigiu, comunicando a moção votada no «meeting», realizado no domingo 11.

É uma prova de descerteria aquela sociedade e uma afronta ao povo rio-grandense, que o Sr. Werneck acaba de praticar.

A «União Operaria», que é composta de homens que não possuem pergaminhos e que não emvergam caçacos, mas que possuem a ferramenta do trabalho honrado e emvergam blusa do operário, teve outro modo de proceder, mais praz, que o Sr. Dr. Intendente, merecendo assim o nos- e o público aplauso.

Em vez da explosão de rai- que devia rebentar por sua da incivilidade do Sr. Werneck, em vez da re- zialita, pelo lado do mal, à onta atirada pelo Sr. Dr. Intendente, surgiu d'aqueles urados operários o ofício que segue, cujas palavras são do mais esmagadoras do modo incorrecto porque pedem o Sr. Dr. Werneck.

Rio Grande 15 de Setem-
bre de 1898—Cidadão Dr. Ma-
tias Ignacio de Lacerda Wer-
neck—A esta sociedade foi en-
tregue o ofício no qual leva a
de transmitir-vos a mo-
ção votada por aclamação no

comício popular realizado no dia 11 do corrente.

• Constando o conteúdo desse ofício do expediente da Intendência Municipal e tendo sido por vós transmitido ao cidadão presidente do Estado, houve certamente equívoco, porque não à sociedade «União Operaria», mas ao arquivo da Intendência tal ofício devia ser remetido.

• Isto é tanto mais certo quanto é verdade que o rompimento do invólucro prova evidentemente que entrou no conhecimento do ofício que n'ele se continha.

• Fica assim rectificado o engano, altas desculpaveis devido às vossas constantes preocupações em bem servir a causa pública.

• Saude e fraternidade.—O presidente, Antenor Ignacio da Silva,—O secretário, Luiz Lopes.

Resta-nos somente uma consolação, é que apesar da descerteria do Sr., Dr. Intendente, apesar da sua desastrosa administração, surge serena e ativa a sympathica sociedade «União Operaria», à quem esta entrega o futuro de nossa terra.

PREVENÇÃO

Prevenimos aos nossos favorecidos que entregamos a cobrança de nossas contas ao Sr. Andro Ferreir.

Paysagem

À QUER ME ANA

A tarde estava lindíssima. O Sol polverizava de ouro os jardins floridos, que a essa hora emanavam perfumes embriagadores...

As roseiras floridas, os caneiros repletos de violetas, os jasmimenes embranquecidos de borzinhas, tudo, enfim, eram delícias...

Os pessarinhos largavam seus vóus subtils de ramo em ramo, fazendo cair aqui e ali alguma folha amarelecida pelas brigas que passavam.

No entanto, ante tão bela paisagem, ante tanta flor, tanta bondade, m'nh'alma chorava em segredo. E' que a flor minha predilecta, não estava ali n'aquele jardim.

Ela, bem distante, talvez, esteja sentida o que sinto, pensando o que penso, e regando, como rego as flores do jardim, com as lagrimas da saudade.

MACEDO D'AGUIAR.

Rio Grande, setembro, 98.

e
ANNIVERSARIO

Completon, à 22 do corrente, mais anno de idade o nosso amigo Sr. Miguel Diogo da Silva.

Mil felicidades.

Em vão...

Eu bem me lembro ainda... Estava sedutora e moço sempre, corada como uma rosa; quando faltasse-me parecer-me estar ouvindo um anjo, um anjo do céu.

Mas foi em sonhos tudo o que vi, os quais dissiparam-se logo ao primeiro canto do gallo, assim como a gota de orvalho evapora-se quando é alcançada pelo primeiro raio de Sol.

Hoje estamos separados, bem separados, por este gigante abismo—o mar!

Quantas vezes, minha bela, eu não tendo ido à beira d'elle com esperança de ver-te. Quantas lagrimas não se tem deslizado pelas miúhas faces paídas e roldão no seio das aguas.

Em vão invoco o teu doce nome, em vão procuro ver-te: só oigo o murmurio das aguas à baterem nos escarpados rochedos, só vejo o mar, o infinito.

Que doce sonho aquele em que pareceu-me estar ouvindo um anjo, um anjo do céu!

Que amargura, que tristeza, quando elle dissipou-se logo ao primeiro canto do gallo, assim como a gota de orvalho é secca pelo primeiro raio do Sol.

Esse tipo de abordagem empregada nesse número, atacando as atitudes de uma autoridade local, e as supostas querelas com *A Férola* caracterizaram *O Estado* como mais um dos tardios pasquins rio-grandinos.

Já em 1900, circulava um outro pasquim no Rio Grande, era *O Fanal*²⁵. Tratava-se de um semanário de quatro páginas, impressas em tipografia própria, ao preço de 1\$000 mensais. Apresentava-se como sendo “propriedade de uma associação”. Ao que indicava seu título (farol, facho, guia, norte), o pequeno jornal pretendia marcar sua presença “iluminando” a comunidade rio-grandina.

Na edição de 25 de fevereiro apresentava o artigo “Na redação”, no qual descrevia o dia a dia de um redator e as incomodativas visitas que o mesmo recebia de parte de indivíduos “vaidosos”, acusando, assim a hipocrisia que, segundo ele, reinava na sociedade. Para isso, criava uma narrativa ambientada na redação de um jornal, onde o redator tinha de atender seus visitantes, desenvolvendo uma série de diálogos. Em todas as conversas, as solicitações feitas ao redator eram encaradas como normais, refletindo a ironia que marcava todo o texto. No primeiro caso, o “noticiarista” recebia a visita de um indivíduo que pretendia a divulgação do aniversário da filha, ao que resultava:

²⁵ A única referência a *O Fanal* é o exemplar remanescente, com data de 25 de fevereiro de 1900, como este tinha o número 8 e, levando em conta que a folha conseguiu manter a periodicidade semanal, pode-se supor que o mesmo fora criado ainda no início daquele ano.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

E, no dia seguinte, o leitor há de ler com toda a certeza: “Completou mais um botão de rosa no odoríssimo jardim de sua preciosíssima saúde, a inteligentíssima e formosíssima jovem..., dileta filha do ilustre..., honradíssimo comerciante em nossa praça”.

Ficava evidenciado todo o sarcasmo colocado no exagerado emprego dos superlativos. O outro diálogo era travado entre o redator e um cidadão que pretendia realizar uma doação a um asilo, mas fazia “questão” que a mesma fosse intermediada pelo “noticiarista”, ao que acabaria sendo publicado:

O senhor..., pelo nobre sentimento de caridade, que é seu característico, enviou-nos a importância de 5\$000 para o asilo de..., comemorando, assim, o segundo aniversário de sua sempre chorada consorte.

Finalmente, o terceiro visitante que, de partida, só veio para “se despedir”, fazendo com que:

Daí a pouco o prelo está gemendo: “Com destino à..., a bordo do paquete..., parte hoje o ilustre senhor..., a quem agradecemos a visita que nos veio fazer”.

Desse modo, o periódico demonstrava uma das feições da imprensa de então, ao censurar os próprios jornais que divulgavam eventos ou feitos pessoais, que só tinham interesse particular, não merecendo a elevação à categoria de notícia. Além disso, fazia uma crítica social mordaz, chamando atenção para “o dia divertido”

PASQUINAGEM E SÁTIRA NA IMPRENSA RIO-GRANDINA

de um redator, assediado pelos “ratos de redação”, lugar para onde se dirigiam “não só os homens vaidosos, como também a sociedade hipócrita”.

O Fanal criticava também as autoridades locais, em outra matéria na qual construía uma conversa entre o “repórter”, representando o jornal e o “Zé”, simbolizando o povo. Diante das perguntas do primeiro, o “Zé” entabulava respostas como:

Fique sabendo que eu gosto de ser mandado por homens que saibam conduzir por bons mares o município, onde eu moro e pago direitos. (...)

O que a Intendência está demorando é com o matadouro..., aquilo é terrível (...).

A seca está com o diabo... Estou com medo de ficar seco como o charque... E a senhora Hidráulica (...) é outra que eu aguento nos meus já carregados ombros! (...)

Ah! Por falar em mercado, porque será que a Intendência não manda compor aquilo? (...)

Ah! Sim, quer celebrizar o Rio Grande com as ruínas.

Assim, o jornal não só criticava a Intendência Municipal, como se julgava um representante do povo, à medida que assumia e divulgava os interesses da população. Porém, nem mesmo com os seus leitores, o periódico procurava amenizar suas posturas e, como típico pasquim, inclusive nos avisos de cobrança ao público, as palavras eram de um teor notadamente agressivo:

Todos devem ter ciência da dificuldade com que lutamos para sustentar um periódico destes

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

(...). Rogamos, portanto, aos nossos favorecedores remissos o obséquio de pagarem... suas assinaturas.

Isto não é coisa que se fique devendo.
Quem não pode, larga!

Nos primórdios do século XX, os pasquins ainda se fizeram representar junto à imprensa rio-grandina. Um deles foi *O Farófia*, cujo próprio título revelava sua intenção de cometer jactâncias, bazófias ou fanfarronices, bem como referir-se a coisas sem importância e insignificantes. Afirmava ser o “órgão dos interesses da patuleia”, tendo por lema o ditado popular “dente por dente, olho por olho”. Tinha quatro páginas e seu cabeçalho não trazia as informações convencionais, não identificando seus responsáveis ou a sua precisa data de publicação, só havendo, no interior da folha, uma referência ao ano de 1902. Foi publicado no Cassino, localidade balneária da cidade do Rio Grande.

Essa publicação dedicou-se a atacar o Intendente Municipal Conrado Miller de Campos, que administrou a cidade entre julho de 1900 e julho de 1902, a quem a folha atribuía o apelido o qual lhe servia como título – *O Farófia*. Aproveitando a ocasião da visita dessa autoridade municipal ao Cassino, o pasquim declarava:

Ora o “Farófia” não podia entrar aqui com pezinhos de lã, disfarçado, como entrou lá no Rio Grande, que é hoje um prolongamento do Reino de Satanás. Nós não o queremos ver na obscuridade de um gato pingado. Tributamos-lhe, portanto, esta homenagem, que será a derradeira, porque o oceano, cioso como é, vai nos roubar tão precioso “Farófia”. Esta

PASQUINAGEM E SÁTIRA NA IMPRENSA RIO-GRANDINA

homenagem, porém, há de sobreviver para a glória de seu comprido vulto, prestes a ser engolido pelo mar, que ali está bocejando, à espera da deliciosa presa.

Além de acusar o administrador de incapaz para os cargos que ocupava, a folha afirmava que o mesmo não era fiel à doutrina positivista que defendia, e sim aos seus interesses financeiros:

Não vos odiamos, desprezamo-vos, porque de todos os sentimentos humanos, possuis um só, o pior, o mais detestável, o mais infame, o desejo do mal, o instinto do ódio, a vertigem do anarquizado. Não tendes juízo, sois um imbecil, a quem, não vos conhecendo, conferiram a chefatura do partido, fizeram de vós Intendente e vos presentearam com um tabelionato. O vosso positivismo tudo aceita, porque entre o soldo de tenente e os proventos daqueles cargos, assenta a vossa sábia doutrina, não de “Comte”, mas de “contrato à vista”.

PASQUINAGEM E SÁTIRA NA IMPRENSA RIO-GRANDINA

Desse modo, *O Farófia* utilizava a totalidade de suas páginas para estabelecer críticas ferrenhas ao Intendente, com a utilização de expressões agressivas como “desaforos”, “ofensas”, “insultos”, “pedradas”, “coices”, “bestialidades”, “tinhoso” e “idiotismo”, lembrando a mais tradicional prática dos pasquins, o ataque pessoal. O mais provável é que este folheto não tenha passado dessa única edição de 1902.

Outro pasquim do início do século XX foi *O Bilontra*, que circulou nos primeiros meses de 1902. Apresentava-se como um “semanário literário e humorístico”, cujas quatro páginas custavam 1\$000 mensais. Não declarava o nome de seus responsáveis, afirmando, de modo jocoso, ser propriedade de “D.C. Dido & Comp.”. Seu título era uma alusão às ações cometidas por pilantras, velhacos e espertalhões.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

Brazil - Rio Grande - Domingo, 25 de Maio de 1902

N. 4

Ano I

Escritoria
Av. Rio Andrade n. 60

LITERÁRIO E HUMORÍSTICO

O BILONTRA

Assinatura
Mez. 15000

PROPRIEDADE DE
D. C. D'ido & Comp.

A MULHER DO AMIGO

(TRANSCRIÇÃO)

... José Borromé fez a sua em fidas as pareces de lobos o segunte e flamengos... eram:

... Precisa-se de uma mulher consideravelmente feia. E' escusado apresentar quem não estiver positivamente nos excessos.

Dirigir-se a José Barreiro, pintor, rua da Esperança, 358.

Borromé esperou uns dez dias, uma semana, um mês. Nenhuma mulher se apresentou.

... Como eu sou estúpido, exclamou elle batendo na testa.

E continuando a desejá-la, para pintar a cabeca de ná sei que sogra num quadro que trazia entre os mitos, mandou affistar novas cartazes, modificadas talvez da seguin- te forma.

Precisa-se de uma mu- lher consideravelmente for- mosa. E' escusado apresentar quem não estiver pos- sivelmente nos casos.

Dirigir-se, etc., etc.

Vinte e quatro horas depois, estaria interrompido o transito nas proximidades da rua da Piedade, em consequencia da aglomeração de massas quase dirigiam à casa de José Borromé.

Foi no meio d'essa multidão que o pintor encontrou o ma- deo dos seus sonhos.

Uma mulher ideal, com uma elegância de porta-machado e uma cabeça phantasticamente caravalecava, cujo aspecto serviu de capa para abotiar uma macaca.

Sinais caracteristicos: Olhos expressivos, de pluma zarolha.

Nariz atromatado e repulhido, descansando magestosamente sobre uma bigodeira.

Quase apresentando o as- trado de heróinom.

peço de uma moça reineira, cheia de bolor.

E, finalmente, no inicio de todo isto, uma boca inenarrável, grotesca, semelhante a uma lenda extravagante produzida n'aquele paisagem des- vastado por algum recente ter- remoto de terra.

A dona d'estes predicados dava pelo nome de Estella.

Foi essa mulher que, tres mezes d'pois, tornou José Barreiro o mais feliz dos homens.

Eis de que maneira:

O pintor estava loucamente apaixonado pela mulher do seu melhor amigo, o coronel Se- rapiã, uma mulher deliciosa e appetecivel no ultimo grau, por muitas razões:

1º porque era mãe de uma cretina encantadora.

2º porque era virginitissima.

3º porque era mulher de um amigo que a idolatrava, que, certamente, perderia o cérebro se soubesse que sua mulher o enganava.

4º finalmente, era appeteci- vel, pela faca de ser um monstro crime appetecivel.

Como uma mulher bonita é uma mulher feia fazem sempre sua liga juntas; Estella, após algumas semanas de esforços, conseguiu depar a mulher do coronel nos braços de Borromé.

— Ah! Estella! Estella! chamei o pintor, lyricamente. A ti o meu eterno reconhecimento!

Mas, subitamente, Estella conçou para fazer umas caretas tão comicas, que Borromé sentiu-se comovido ate as lagrimas.

— Queres alguma coisa? perguntou-lhe elle com ardor. Falsa!

Ela calou-se.

O pintor feo sublime.

Queres que faça o teu bas- a formar zellos com uma voz Bixela soltou um profundo suspiro, capaz de fazer ir a os olhos começaram a desair aqua como duas gotteiras n'um dia de chuva.

Eis o que havia:

Estella estava apaixonada... Aparonada por um homem muito bonito, muito espirituoso, muito distinto e muito honesto, que se chamava Víctor, o que era o melhor amigo do pintor, depois do coronel.

— Faz com que elle me ame, e faremos quites! disse a Estella com um d' traedor suspiro.

— Isso... é serio? interrogou Borromé, que não hóle reprimir uma gargalhada.

Estella arriumbou-se, com to- do o seu garbo, de porta-ma- chado.

— Vou bem! Si não fazes isso, contarei tudo ao coronel, que vos mataria a ambos! ameaçou ella n'um ton de volta- cratera em erupção.

E retrou- se com ar altivo e grave, como um diplomata que acaba de formular um ultimatum.

No dia seguinte, tendo-se certificado bem de que Estella seria implacável, de que d'eria tudo, e de que o coronel o mataria, — Borromé, que tinha amor a pôle, resolvo pôr-se imediatamente em campo, e foi procurar o seu amigo Víctor.

Eis os resultados d'essa xe- pedição:

1º dia: — Men caro, disse Borromé ao seu b'm amigo, Victor farias muito bem em der um beijo no Estella quando viesse ter conigo no atelier.

— ...

2º dia: — Affirmo-te que a rapariga não é tão feia como tu imaginas! Tem bellezas oc-

cultas, que nem tu suspeitas...

— ...

3º dia: — Uma mulher ho- nestissima, meu caro, que não tem malícia que se lhe lance em rosto.

V dia: — Como assim? re- cusa? Fazes mal. (O ouvidor) Então, não sabes que ella foi amante de quatorze cabeças coroadas?

— ???

5º dia: — Por mais que me digas, vejo que não é de modo d'bon gosto... Mas, repara! olha que ella tem a linhal... — !!!!!

Borromé levantou ainda con- vencido.

Tudo, porém, foi inutil!

Apesar d'essa longa inome- ração de qualidades e de liti- gios diversos, Victor conservou- se de galo.

O pintor teve de confessar a Estella que as negociações ti- nham falhado completamente.

— Ah! isto é isto? trovejou Estella. Pois tu verás como el- las morelem.

E foi em busca d'um carro americano que passasse à por- ta da casa do coronel.

Borromé, porém, lançou-se em perseguição de seu modelo e obteve uma suprema conces- são d'os mais oito dias. Arma- ção de coragem e entraram em no- vas negociações com Victor. Empregaram a astúcia, a persua- são, a magia, o somambulismo, a ventriloquia, a prestidil- jitação...

Nada.

Lançou-se aos pés de Victor. Amagou-o com seis tiros de revolver.

Sempre nada.

— Ben! suspirou Borromé ao explorar o setimo dia.

E res'gnalo, fechou-se no seu quarto, tomou os seus apontamentos e abriu o codigo para ver como devia redigir o testamento.

— Ah! gritou elle, com os

PASQUINAGEM E SÁTIRA NA IMPRENSA RIO-GRANDINA

Também seguindo a linha dos ataques pessoais, dedicava a essa atividade cada uma de suas seções, como o “Cemitério do Bilontra”, que apresentava os seguintes versos como epitáfio a um indivíduo não identificado: “Aqui jaz um cafajeste/ Que de falar alemão/ Na cova teve, afinal/ Bem justa compensação”. Além disso, fazia pronunciamentos anticlericais e, de certo modo, refletia a visão que à época se tinha dos próprios pasquins:

... é o jornalzinho anônimo, espécie de pasquim que surge como cogumelo em tempo próprio e terreno adequado pelos adubos das esterqueiras, quase pornográficos. (...). A igreja enche a barriga dos padres, pela estupidez dos carolas, os tais anônimos enchem a bolsa (...) pelo entusiasmos das lorpas. Especulação em tudo, refinada hipocrisia de todos os lados desta vida, eminentemente prática. (25 maio 1902).

Com suas intenções de realizar bilontragens, utilizando uma linguagem agressiva e buscando uma comunicação direta com o público, *O Bilontra* foi um dos últimos pasquins tardios rio-grandinos²⁶.

Finalmente, em 1904, circulava no Rio Grande *O Escapelo*, pasquim que, seguindo a já tradicional utilização de nomes de objetos cortantes, demonstrava no próprio título os seus objetivos. Jornal de quatro páginas, anunciando-se como “hebdomadário do povo e pelo povo”, tinha Benjamin Lacerda Nascimento como proprietário e diretor e era vendido a 1\$000 mensais.

²⁶ O único número encontrado desse jornal data de 25 de maio de 1902; exemplar referenciado em SPALDING, 1935. p. 96.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

ANNO I

BIO GRANDE, 18 DE AGOSTO DE 1904

NUMERO XVI

O ESCALPELLO

Propriedade e Direcção de BENJAMIN LACERDA DO NASCIMENTO

HEBDOMADARIO DO PODO E PELO PODO — REDACÇÃO: RUA MARECHAL FLORIANO N. 166

EXPEDIENTE

As nossas assinaturas são mensais e custam apenas 1\$000 adiantados.

As pessoas aquém enviam esta folha e não nos devolverem o presente N. consideramos assinantes.

A Direcção.

FALLANDO AO PUBLICO

O ESCALPELLO é o mesmo, a sua auséncia da peleja onde se movimenta a imprensa sem ideal e taverneira d'esta terra, não o fez mudar de orientação, apenas abandonou as questões pessoais, para, analysando os actos da vida pública se manifestar pro ou contra, sempre a bem da verdade e da moralidade infelizmente hoje tão prostituidas.

Era meu propósito dar por extinta a vida d' O ESCALPELLO, a sua vida porém é necessária porque jornaes existem n'esta terra, que se intitulam imprensa livre, mas que nunca foram porque dependem d'esta ou d'aquella política.

O mesmo porém, não acontecerá com o meu jornal, que para dizer a verdade ditá-ha sem temer seja à Paulo ou a Sancha, uma vez que faça por merecer ouvi-la.

O ESCALPELLO pois, não tem partido, o seu ideal é o bem do povo, a felicidade da Ribeira e o engrandecimento da Mãe-Patria.

Não sou um aventureiro que tem tentar facturo por esse

meio, isto é, fazer escândalos de mais coragem e dispostos a para d'elles tirar recompensas, assim como os transcorreiros do nôo; son moço e como moço lorenho da existência, encerrei o que aspirava elevar-me ram-se resignados em algum n'um paiz, onde Germânia recolhido da terra, longe de todos, à espera talvez de encontrarem na solidão das campas qualquer causa de prazer.

A tal proeminencia não tenho a pretenção de chegar e nem desejoo, o que em aspiro, é manter o meu jornal e que elle seja o porta-voz dos oprimidos e o terror dos parasitas que vivem do suor de um Estado.

O público pois, avaliando as minhas intenções, pôde querer amparar-me com a sua protecção, que em como recompensa tudo farei por bem servir-o e patentear que o jornal livre e independente é aquelle que vive a sombra da sua protecção.

O meu jornal, não tem, confesso, penas diamantinas que abrillantam as suas colunas com artigos bellos e pomposos, tem porém, o que necessita a um jornal independente e criterioso. «A coragem de dizer a verdade!»

B. LACERDA.

A fita azul

Quando se soffre na vida uma disillusion profunda, preocupa-nos sempre o desejo imenso de abandonar o mundo.

Uns, mais fracos e por isso mesmo mais violentos, arrojam-se desesperados ás garras da morte; outros dotados de saudade, assistia sereno ao

escorar monotonia da vida, sem que mais me torturasse as recordações amarguradas do passado, em anjo solo recuperaram, sonoras e alegres, as manifestações mais espontâneas da maior alegria que sensil bafejou-me.

Assemelhava-me a um corpo inerte, pronto talvez para a decomposição...

Certo dia, porém, em que o sol refugia em toda a plenitude do seu vigor, extremei de espanio... Aparecia, através do farfalhar das arvores e do entrecocar das ondas, em círculo ruído, pareciam flutuar os cantos melódicos de uma alegría, o respirar ofegante de um homem...

E, estupefacto, pallido de assombro, descobri, à sombra de um arvoredo, a deitar-se em contorções pungentes, o corpo de um poeta que eu conhecia e que, como eu procurava o deserto para chorar uma desillusão...

Quando os estertores cessaram, quando desprendeu-se dos labios o derradeiro alento, pude ver, entre as suas mãos crispadas, um fragmento de uma fita azul...

Era a recompensa que lhe dera a noiva: arrancara-lhe o coração, oferecendo-lhe em troca um pedaço de fita, que não mais servia para prender-lhe os cabellos, fulvos e bastos mas que o poeta guardara como reliquia santa, até que a morte dissipasse as metades ilusões que elle tanta vez cantara por entre as melodias fúgicas da musica do verso...

H. VERNHA.

Essa folha prometia se manifestar “sempre a bem da verdade e da moralidade”, declarando que diria a verdade “sem temer” a ninguém, desde “que se fizesse por merecer ouvi-la”. Pretendia ser “o porta-voz dos oprimidos e o terror dos ‘parasitas’ que viviam do suor do povo” e o “jornal que só sabia fazer justiça e só se batia pela verdade”.

O Escalpelo, assim, buscava legitimar seus ataques em nome da defesa dos interesses do povo, consistindo-se no pasquim mais extemporâneo da cidade do Rio Grande²⁷, considerando a passagem dos Oitocentos aos Novecentos. Dessa forma, esses folhetos que se manifestaram nas últimas décadas do século XIX e anos iniciais do XX demonstravam que, mesmo de forma tardia e esporádica, a pasquinagem não fora uma atividade abandonada junto à imprensa rio-grandina.

Assim, notadamente entre as décadas de 1840 e 1860 e já na virada do século XIX à centúria seguinte, a pasquinagem foi uma atividade típica junto à imprensa da cidade do Rio Grande dessa época, reproduzindo as páginas dessas folhas desde comezinhas disputas pessoais até questões mais amplas, envolvendo vários dos problemas que afetavam as populações de então. Como meio de comunicação, os pasquins significaram uma intrincada teia de informações fragmentadas que misturavam o público e o privado, o pessoal e o profissional, o debate panfletário e o bate-boca no campo político-partidário. A existência normalmente exígua dos pasquins, na maioria dos casos, era devida às suas

²⁷ O único exemplar encontrado do jornal foi o de 18 de agosto de 1904, sobre o qual há uma referência em: SPALDING. p. 98.

próprias características de polemizar, atacar ou dar uma resposta diante de determinadas circunstâncias muitas vezes passageiras. Além disso, em boa parte, foram publicações anônimas, prática ilegal à época, sendo previstas sanções à circulação desse tipo de jornal, a partir da legislação vigente. Nesse sentido, foi um próprio representante do gênero, *O Bilontra*, quem, resumidamente, conceituou a prática da pasquinagem: “é o jornalzinho anônimo, espécie de pasquim que surge como cogumelo em tempo próprio e terreno adequado pelos adubos das esterqueiras, quase pornográfico”.

A presença da sátira em um jornal diário rio-grandino

A sátira constituiu uma das estratégias discursivas comumente utilizadas por segmentos da imprensa, no sentido de desqualificar, diminuir, menosprezar e deslegitimar um adversário em potencial. Tal prática não foi diferente em meio à imprensa rio-grandina, mormente em meio às publicações de natureza satírico-humorísticas. Mas até mesmo os jornais diários – ditos representantes da imprensa séria, com uma linguagem normalmente mais rebuscada e controlada, tendo em vista a manutenção de seus interesses comerciais – não resistiram em lançar mão dos efeitos da satirização, quando pretendiam ser mais enfáticos em suas manifestações.

O fundamento essencial da utilização do gênero satírico está ligado à intenção de “ridicularizar ou zombar dos vícios e das pessoas, ou despertar o riso”, podendo ainda, “revestir-se de intuitos moralizantes objetivos ou apenas caricaturescos”²⁸. No que tange à utilização de poemas satíricos, a “composição poética” embasada na sátira é “quase sempre burlesca e desabusada, maliciosa, intencional sempre, tendo por escopo caricaturar e censurar defeitos, enganos e erros alheios”. A origem do termo está vinculada “ao espírito

²⁸ TAVARES, Hênio. *Teoria literária*. 5. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

que se atribui aos sátiros da mitologia grega, assinalados por sua irrequieta alegria e incontinência”²⁹.

Na condição de “categoria narrativa”, a “sátira tem suas raízes no antigo teatro grego”, ou seja, “no ditirambo, cântico improvisado das primitivas procissões dionisíacas”, o qual “associa a comédia a figuras ridículas ora representadas por instituições corruptas, ora por pessoas notáveis e grosseiras”. Já no que se refere à sátira medieval, “vitalizam-se os menestréis, jograis, artistas errantes e vagabundos que cauterizam, com suas canções e suas críticas as feridas sociais”. Desse momento histórico em diante, “a sátira, como narrativa autônoma, irriga a prosa, a poesia e todas as manifestações do espírito humano”, direcionando-se mormente “contra fariseus, áulicos, vaidosos, desfrutáveis, pseudoeruditos, aristocratas, pretenciosos, pernósticos, venais e outros faunos”. No conteúdo satírico, “convivem o riso e a petulância, a zombaria e a chalaça, a maldição e a descompostura, a maledicência e o ridículo, a irreverência e o ataque”³⁰.

Uma notória experiência no uso da sátira no seio da imprensa rio-grandina ocorreu por meio das páginas do *Eco do Sul*. Esse jornal passou a circular na cidade do Rio Grande em 1858 e, desde o início mostrou simpatias pela causa conservadora e chegou a ostentar por diversos anos em seu frontispício a natureza de folha partidária, avisando tratar-se de um “órgão do Partido Conservador”. De acordo com tal linha discursiva,

²⁹ CAMPOS, Geir. *Pequeno dicionário de arte poética*. São Paulo: Cultrix, 1978. p. 147.

³⁰ BAHIA, Juarez. *Dicionário de jornalismo*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. p. 337.

PASQUINAGEM E SÁTIRA NA IMPRENSA RIO-GRANDINA

sustentava a causa conservadora e fazia oposição aos liberais, acompanhando as alternâncias político-partidárias da época monárquica. Com a mudança na forma de governo, o *Eco* aceitou a República como um fato consumado, mas, em seguida, passou a opor-se às atitudes dos governantes, notadamente em suas práticas autoritárias. A partir de então, o periódico rio-grandino aliou-se com os dissidentes republicanos, que faziam oposição ao castilhismo, modelo autoritário, personalista e concentrador de poderes, que dominou o Rio Grande do Sul por quase toda a República Velha. Mais tarde, iria abandonar a posição da dissidência e se vincularia ao Partido Federalista, maior partido de oposição ao situacionismo sul-rio-grandense.

Nessa linha, nos anos de 1890 e 1891, como jornal ligado aos dissidentes republicanos, o *Eco do Sul* sustentou em suas páginas um ardoroso discurso contra o castilhismo. Um dos jornalistas mais importantes à frente da redação do periódico nessa época foi João José Cezar (1849-1915). Ainda jovem, J. J. Cezar, como assinava o redator, começou a trabalhar no próprio *Eco*, como aprendiz nas oficinas. Também vinculado às lides de impressão, auxiliou na criação de um Grêmio Tipográfico na vizinha cidade de Pelotas. Mais tarde, mudou-se para Porto Alegre, vindo a trabalhar na tipografia do jornal castilhista *A Federação*. Nessa época teve um convívio com alguns dos principais líderes castilhistas, chegando a participar na redação do periódico. Com vinte e cinco anos de experiência, em 1886, deixou *A Federação*, sem romper com os sectários do castilhismo, vindo a abrir uma agência de anúncios e empreendimentos tipográficos e litográficos. Além disso, abriu o *Café High-life*, no centro de Porto Alegre. Nessa

época passou a publicar, também na capital gaúcha, o jornal *Folha da Tarde*, iniciando-se desde então um processo de acirramento e ruptura para com o castilhismo. Perante as pressões e perseguições por ele sofridas, J. J. Cezar decidiu retornar à cidade do Rio Grande, na qual assumiu a redação do *Eco do Sul*, periódico em que não perdeu oportunidade para fazer oposição e atacar Júlio de Castilhos e seus sectários. Em 1891, com a queda de Castilhos, assumiu o cargo de juiz distrital, tendo de deixar a redação do *Eco*, mas, com a volta do chefe republicano ao poder, não só perdeu o cargo, como houve um recrudescimento persecutório, o que o obrigou a retirar-se para o Rio de Janeiro, onde foi coproprietário e redator da *Crônica*. Uma vez pacificado o sul, voltou para seu Estado de nascimento, no qual ainda empreendeu algumas atividades jornalísticas.

Foi nos anos de 1890 e 1891, com J. J. Cezar à frente da redação do *Eco do Sul*, que foram publicados editoriais e artigos que fizeram veemente oposição ao castilhismo. Mas também nessa mesma época, Cezar se dispôs a escrever uma coluna contendo versos satíricos, a qual surgia como uma arma alternativa no combate aos castilhistas. Nesse sentido, o *Eco* juntava à sua posição de periódico diário, representante da imprensa denominada de série, com “o uso das linguagens sérias, unívocas, os discursos consistentes e monolíticos”, uma outra formação discursiva, vinculada ao segmento não-editorial, e levando em conta “as equivocidades de todo o gênero, a piada, o trocadilho, o humor, a poesia” e inclusive “os discursos ambíguos e paradoxais”³¹.

³¹ EPSTEIN, Issac. *Gramática do poder*. São Paulo: Ática, 1993. p. 125.

Nessa linha, J. J. Cezar passou a redigir uma nova coluna que recebeu o título de “Historietas”, assim como ele assumiu o pseudônimo de Cantu-Mirim. Era uma alusão ao historiador italiano, Césare Cantu, autor conhecido pela extensa obra denominada *História Universal*, muito difundida pelo mundo naquela época. De acordo com tal perspectiva, se por um lado o Cantu italiano havia escrito uma enorme história, ele na qualidade de um Cantu “pequeno”, estaria apto para escrever uma de bem menor formato, ou seja, uma historieta. O próprio termo utilizado como título da seção carregava alguma ambiguidade, pois historieta pode se referir a uma narrativa de fato pouco importante, a uma novela, ou ainda a um conto ou uma anedota.

Dessa maneira, João José Cezar lançou mão de versos carregados de conteúdo satírico e, atrelado a ele, ficavam mescladas outras tendências como a anedótica, a irônica e a profundamente crítica. Nas “Historietas”, Cantu-Mirim atacou frontalmente seus adversários na esfera municipal, estadual e federal, promovendo um discurso alternativo para realizar o papel de oposicionista. Os ataques desses versos satíricos foram em diversas direções, envolvendo funcionários públicos, militares, dirigentes, agentes político-administrativos e até mesmo os colegas jornalistas. O alvo preferencial das “Historietas” foi sem dúvida o governante gaúcho Júlio de Castilhos, na maior parte das vezes identificado como “o pato”, em referência a um apelido que recebera na adolescência e com o qual tinha dificuldades de conviver. Ao lado de tais enfoques, as “Historietas” também se posicionaram de encontro a várias atitudes

dos governantes na esfera federal, objeto de estudo deste trabalho.

Foram quatrocentas e treze as inserções da coluna “Historietas”, entre junho de 1890 e dezembro de 1891, sem deixar de lado o espírito crítico-satírico³². Em algumas delas, Cezar indicava suas intenções ao organizar aquelas matérias versejadas. A primeira delas refletia sobre a opção criativa poética que lhe inspirou:

Faço hoje a minha estreia
na falta do Aguiar,
e aos meus amáveis leitores
tenho muito que contar.

Contarei todos os dias
uma historietazinha,
em versos, mas não capengas,
em cadência afinadinha.

³² O conteúdo integral das “Historietas” está transcrito em: ALVES, Francisco das Neves. *Sátiras políticas versejadas no Brasil Meridional: as origens das Historietas (1890)*. Lisboa; Rio Grande: Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Biblioteca Rio-Grandense, 2020.; e ALVES, Francisco das Neves. *Historietas no sul do Brasil: poemetas satíricos (1891)*. Lisboa; Rio Grande: Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Biblioteca Rio-Grandense, 2020.

PASQUINAGEM E SÁTIRA NA IMPRENSA RIO-GRANDINA

A rima hoje anda à toa,
porque aí qualquer garoto
faz versos sandaicos, crendo
que poesia é arroto.

Prometo contar-vos tudo
em quatro quadras por dia,
marcando o compasso certo
e respeitando a harmonia.³³

³³ ECO DO SUL. Rio Grande, 27 jun. 1890, a. 37, n. 147, p. 2.

ECHO DO SUL HISTORIETAS

334

Toque a musica !

Tal mixordia tem havido
por causa das taes Missões,
que anda a gente a toda a hora
a mudar de opiniões.

Mestre Quintino, sabido
em negocios de embrulhada,
embrulhou toda essa gente
do Congresso-Trapalhada !

O tratado ella repelle,
por ser máo — um desatino
mas resolve convidar
para um banquete o Quintino !

Isso é cousa que parece
brincadeira de creança !
Salve-se a Patria, em perigo,
porém cuidemos da pança...

Cantu-Mirim

- Historieta número 334 (Eco do Sul, 11 ago. 1891) -

A chegada à vigésima-quinta edição das “Historietas”, serviu para que Cantu-Mirim intentasse demonstrar a eficácia da proposta, bem como insistia no sua meta de perseguir os traidores:

A vinte e quatro de julho
celebro o meu quarteirão.
Vinte e cinco vezes quatro,
um centenário, mais não!

Multiplicando esses vinte,
mais cinco, por dezesseis,
produz quatrocentos versos,
e isto em menos de um mês!

É de festa o dia de hoje,
de festa, só de prazer!
Em festa as *Historietas*,
nada mais devo dizer.

Começarei amanhã
A visita aos cemitérios
da História, donde trarei
repugnantes Silvérios.³⁴

Outro momento em que J. J. Cezar destacou suas edificações poéticas, foi por motivo do quinquagésimo número da coluna, no qual persistia dizendo-se no combate aos traidores, mas enfatizava também que não esqueceria os adversários, pois permaneceria no combate à “panelinha do pato”, ou seja, os sectários de Júlio de Castilhos:

³⁴ ECO DO SUL. Rio Grande, 24 jul. 1890, a. 37, n. 170, p. 2.

PASQUINAGEM E SÁTIRA NA IMPRENSA RIO-GRANDINA

Celebro hoje entre galas
o meu meio centenário.
Faço festa civilmente,
sem presença do vigário.

Conto hoje nada menos
de cinquenta *historietas*,
zurzindo sempre sem dó
da moral todos grilhetas.

E como em dia de festa
devo esquecer os *silvérios*,
adio para mais tarde
uma história de mistérios...

Chapeau bas, vos cumprimento,
leitor, a quem tanto acato.
Descansa por hoje em paz
a panelinha do *pato*.³⁵

O centésimo número das “Historietas” foi apresentado como motivo de comemorações por parte de Cantu-Mirim, que pretendia figurativamente realizar um lauto banquete, honrando o “grande sucesso” da coluna, além de anunciar que o periódico estaria pronto a receber todos os leitores do *Eco do Sul* em seu escritório:

Na ponta, as *Historietas*
festejam o seu centenário!
Eu peço palmas e bravos,
deste esplêndido cenário!

³⁵ ECO DO SUL. Rio Grande, 22 ago. 1890, a. 37, n. 194, p. 1.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

Se não quiserem dar palmas,
nem bravos quiserem dar,
mande-me quaisquer petiscos
que sejam de mastigar.

Também aceito bons vinhos,
desses que são generosos.
Outros líquidos podem vir,
porém que sejam gostosos.

Em honra ao grande sucesso,
me porei hoje taful,
para receber toda a gente
que lê o *Eco do Sul*.³⁶

Os pedidos de presentes pelo redator das “Historietas” voltaram a aparecer na ducentésima edição da seção:

Duzentas historietas,
em temas muito diversos,
são oitocentas quadrinhas
e três mil e duzentos versos!

E nesta lida constante,
tendo por mote a alegria,
vou zurzindo, impiedoso,
a mais reles *bicharia*.

Mereço bem que me mandem,
ó respeitáveis leitores!
seus presentes, para que eu possa
enfrentar com o Carlos Flores.

³⁶ ECO DO SUL. Rio Grande, 21 out. 1890, a. 37, n. 244, p. 2.

Sou dos amigos amigo,
porque sempre fui assim.
para os patifes tem laço
o feroz³⁷

Já na coluna seguinte, João José Cezar, no papel de Cantu-Mirim, anunciaava uma “Segunda fase” para suas composições, demarcando uma mudança estilística nas “Historietas”, as quais passariam a ser apresentadas na forma de versos livres:

Mudo de plano, e faço a Historieta
livre ser.

Quero que se dispa da etiqueta,
tendo o vestuário que entender.

Quer ande a pé,
quer a cavalo,
quer pise um calo,
tenha ou não fé;
esteja a rir,
faça careta,
a Historieta
tem de sair!

E merece a Historieta
ser tratada a pão de ló,
pois ela faz muita gente
andar sempre num pé só.

Saúdo, mui prazenteiro,
o Vitorino Ribeiro!³⁸

³⁷ ECO DO SUL. Rio Grande, 25 fev. 1891, a. 38, n. 44, p. 2.

A tricentésima edição das “Historietas”, além de comemorativa, reforçava seu intento fundamental, ou seja, combater o “regime bandalho”, o qual tinha “por mentor um pato”:

Vá lá! No tricentenário
desta seção de pilharia
quero falar seriamente
dizendo a verdade séria.

Todo o meu empenho é
destruir o que é um fato:
este regime bandalho
que tem por mentor... um *pato*³⁹

Foram múltiplos os alvos da sátira promovida pelos versos das “Historietas”, sendo a política estadual o principal deles, notadamente contra a figura de Júlio de Castilhos e seus seguidores, mas também o governo na conjuntura nacional foi atingido firmemente por esse tom satírico. Um dos pontos para o qual Cantu-Mirim chamava a atenção era para a demora na realização do processo de reconstitucionalização do país, gerando uma série de incertezas quanto aos rumos legais dos brasileiros:

Caímos todos das nuvens,
foi grande a decepção!
Inda dura a ditadura,
não temos Constituição!

³⁸ ECO DO SUL. Rio Grande, 26 fev. 1891, a. 38, n. 45, p. 2.

³⁹ ECO DO SUL. Rio Grande, 30 jun. 1890, a. 38, n. 145, p. 2.

PASQUINAGEM E SÁTIRA NA IMPRENSA RIO-GRANDINA

Isto é – tendo, não temos,
temos lei só no papel.
Continua a governar-nos
a confusão de Babel.

É lei, porém não regula;
lei-brinquedo, caçoada;
lei só feita para ingleses
verem... que lei de *maçada*!

Razão teve, até de sobra,
o nosso governador:
“tudo voltou aos seus eixos”,
aos eixos do dissabor...⁴⁰

A Lei de Naturalização foi outra ação governamental que passou pelo olhar crítico de J. J. Cezar, que lembrava na abertura de mais uma “Historieta” a notícia que circulava no país, segundo a qual “o decreto de 15 de dezembro dispensa a declaração por parte dos que aceitaram a nacionalidade brasileira” e “a Constituição marca o prazo de sete anos para a elegibilidade dos que aderirem à mesma nacionalidade”. Nessa linha, para o redator do *Eco do Sul* seria inaceitável a perspectiva de uma naturalização verdadeiramente forçada, uma vez que a conquista da cidadania de um país normalmente estaria vinculada ao desejo do pretendente, que deveria manifestar sua vontade quanto a isso, e não exatamente o contrário como estaria sendo proposto pelas autoridades públicas brasileiras:

⁴⁰ ECO DO SUL. Rio Grande, 8 jul. 1890, a. 37, n. 156, p. 2.

Essa é boa, e muito boa,
é boa até de doer:
os que já são brasileiros
estrangeiros têm de ser!

Mas como pode o governo
marcar prazo para a eleição,
se a lei primeira, a lei sábia
dispensa a declaração?

Se contradiz essa gente,
já não dá carreira certa;
mostrando até que não sabe
onde o sapato lhe aperta.

Dizer sim e dizer não,
ser Sansão e filisteus,
é acender uma vela
ao diabo e outra a Deus.⁴¹

A política econômica governamental que ficou conhecida como encilhamento também mereceu críticas de parte das “Historietas”, apontando para os erros cometidos em torno do incentivo ao capital financeiro não-produtivo, com o apoio governamental inclusive à criação de instituições bancárias, sem o mínimo lastro, o que gerou uma enorme especulação, lançando-se todos à roleta das finanças, alguns inclusive utilizando-se de todas as economias e desistindo de trabalhar, para, em seguida, verem-se na penúria:

⁴¹ ECO DO SUL. Rio Grande, 10 jul. 1890, a. 37, n. 158, p. 2.

PASQUINAGEM E SÁTIRA NA IMPRENSA RIO-GRANDINA

Dizem que o dever é honra,
sendo brio o pagamento;
quem não paga é caloteiro,
mostra até descaramento.

Quem quebra, fica quebrado!
quem rouba, roubado fica.
Mas há gente que, roubando,
arma aos credores tal trica,

que os transforma em devedores,
fazendo-os perder o sizo.
Essa classe é proclamada
a quem tem muito juízo!

- Pedir emprego o que é?
- Isso é coisa muito feia...
Coisa boa, nestes tempos,
É viver à custa alheia!⁴²

A data nacional alusiva à independência serviu de mote aos escritos versejados de Cantu-Mirim, que chegava a apresentar uma frase de ufanismo – “Dia 7 de Setembro, despontando alvissareiro, faz bater de entusiasmo todo o peito brasileiro”, para em seguida dizer que o quadro nacional não seria alvissareiro para manifestações patrióticas, pois o 7 de Setembro perdera o sentido, tamanho o avanço da corrupção, do autoritarismo e da perpetuação das carências sociais:

Isso foi em tempos idos,
antes das *historietas*,

⁴² ECO DO SUL. Rio Grande, 12 jul. 1890, a. 37, n. 160, p. 2.

porque nos tempos de hoje
só há história de petas.

Independente, este povo
foi transformado em cativo.
Esse sete nada exprime,
é um sete *executivo*...

Hoje o 7 de Setembro
é um sete dos *Três Setes*:
fazem joguinho com ele
os nossos *marionetes*.

Entusiasmo, isso é coisa
muito vasqueira hoje em dia.
Não se tem entusiasmo
com a barriga vazia...⁴³

O dia da independência voltava a ser abordado, referindo-se o *Eco do Sul* ao “baile de 7”, no qual um casal conversava, referindo-se à situação nacional, afirmando ela que já não era mais tempo para brincadeiras e aventuras, sendo necessária a estabilização do país, mormente com o término da condição “provisória” que vivia o Brasil, em alusão ao Governo Provisório e a falta de uma orientação constitucional para o país:

– Minha senhora, eu quisera
conservar as ilusões:

diga com toda a franqueza
se é estranha às comoções?...

⁴³ ECO DO SUL. Rio Grande, 7 set. 1890, a. 37, n. 208, p. 1.

PASQUINAGEM E SÁTIRA NA IMPRENSA RIO-GRANDINA

- Meu caro senhor, eu já
não me alimento de ideias!
Desde muito que deixei
de entreter-me com teteias...

- Por Deus! Então é possível
que a senhora, já descrente,
não tenha pena de quem
se mostra tão padecente?

- Sabe que mais, senhor *crente*,
essa crença é ilusória!
Até o amor, nestes tempos,
é coisa bem *provisória*...⁴⁴

Em mais uma “Historieta”, Cantu-Mirim declarava não abordar as temáticas nacionais, preferindo dedicar-se a debater a conjuntura estadual, embora não deixasse de apresentar suas impressões quanto aos rumos do país. Em uma dessas apreciações, carregando nas cores da jocosidade e da chalaça, voltava-se a analisar a reforma da bandeira brasileira, propondo que na mesma fosse desenhado “um pato de bico aberto”, em referência a Júlio de Castilhos, com manifestação prenhe em sarcasmo:

Em preito justo às reformas
por que passa esta nação,
penso eu ter o direito
de emitir opinião.

⁴⁴ ECO DO SUL. Rio Grande, 9 set. 1890, a. 37, n. 209, p. 2.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

Nada eu tenho que ver
com as coisas do passado.
No presente, do que cuido
é das coisas deste Estado.

O que mais me impressiona
em toda esta brincadeira
é a tal reforma feita
na estrela da bandeira.

Da nossa tire-se o globo
que o centro traz encoberto.
No centro que vá voando
um pato de bico aberto!⁴⁵

O comentário expresso na Constituinte cujo conteúdo foi “Disse ao Congresso o Sr. Costa Machado: – Cidadãos, estamos aqui reunidos por ordem do governo provisório!”, acabou por ser observado ironicamente por mais uma “Historieta”, que revelava o grau de subserviência ao Executivo presente no Brasil:

Um Costa Machado assim
não é machado, é enxó.
Merecia que das costas
lhe tirassem todo o pó.

Este Costa, me parece,
é parente do outro Costa;
do tal que é mui pequenino
e da dança tanto gosta.

⁴⁵ ECO DO SUL. Rio Grande, 15 nov. 1890, a. 37, n. 265, p. 1.

PASQUINAGEM E SÁTIRA NA IMPRENSA RIO-GRANDINA

Os dois Costas puxam certo,
do carro nas tiradeiras,
em procissão para tolice,
em festivais parvalheiras.

O de cá, dançando sempre,
o de lá na *falação*,
só esperam uma rasteira
que os dê de ventas no chão...⁴⁶

A Constituinte tornou-se tema recorrente nos versos de Cantu-Mirim, como ao referir-se aos debates sobre as liberdades individuais, havendo a manifestação de que “na Constituição do Sr. Portela” haveria “as seguintes coisas: 6º, liberdade de locomoção; 8º, direito de petição, de representação e de denunciação de qualquer infração da constituição”. Além de fazer troça com a terminação das palavras em pauta, a “Historieta” questionava as discussões acerca da liberdade do ponto de vista teórico, pois, na prática, estava sendo solapada durante o regime ditatorial do Governo Provisório:

Liberdade há para tudo,
desde que termine em *ão*;
assim quis que se fizesse –
dom Portela Portelão.

Há liberdade para a dança,
para o cancã de sensação;
liberdade sem limites,
até de locomoção: –

⁴⁶ ECO DO SUL. Rio Grande, 28 nov. 1890, a. 37, n. 276, p. 2.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

de pernas, braços, cabeças,
outro qualquer membro são,

de acordo com a lei escrita
- a nova Constituição.

À cena, pois, o Portela!
Que tenha grande ovação.
Batam palmas, joguem flores
a essa enorme *obração*...⁴⁷

Republicano dissidente, J. J. Cesar era partidário da separação entre o Estado e a Igreja, e esperava a consolidação de tal ideal em relação à forma de governo republicana recém-instaurada. Mas, ao contrário do idealizado, citava: “do *Jornal do Comércio* da Capital Federal: – Benzem-se hoje (27), com assistência do Sr. Dr. Portela, os sinos da igreja de S. Lourenço, em Niterói.”; de modo que as inter-relações entre religião e política permaneciam firmes, apesar dos novos tempos republicanos:

Não há mais que admirar
neste tempo original,
quando a igreja não mais tem
nem cheiro de oficial.

Até para benzer sinos
é preciso autoridades;
sacristas junto aos badalos,
badalar vão as trindades.

⁴⁷ ECO DO SUL. Rio Grande, 29 nov. 1890, a. 37, n. 277, p. 2.

PASQUINAGEM E SÁTIRA NA IMPRENSA RIO-GRANDINA

Ao Sr. Portela cabe
a honra: foi o primeiro
sacristão-governador
nas alturas do sineiro.

Não há mais que admirar
no regime dos Portelas,
dos Costas, Amambaís,
e de outros tantos... panelas.⁴⁸

Uma noticiaava chegada “das folhas recebidas ontem” espantava o autor das “Historietas”, com a informação de que “O Sr. generalíssimo Deodoro da Fonseca recebeu da casa Krupp dois ricos álbuns com capa de couro e chapas de prata”, contendo “os espécimes dos produtos daquela casa”. O assombro do escritor advinha da perspectiva de uma possível aquisição de armamento pesado de parte do governo, já caracterizado pelo autoritarismo e pela truculência, de modo que tais armas poderiam vir a ser utilizadas na repressão ao próprio povo:

Vejo no fato um conselho,
conselho em tom de ameaça:
não brinqueis com canhões Krupp,
pois canhão não é chalaça!

Canhões na vida encontramos
de calibres diferentes,
canhões que têm carne e osso,
e canhões de grandes dentes.

⁴⁸ ECO DO SUL. Rio Grande, 5 dez. 1890, a. 37, n. 282, p. 1.

Porém os produtos dados
em amostra ao marechal
são canhões de outro feitio,
canhões de gente real.

É preciso ter cautela
com esses novos canhões:
têm alma negra, medonha,
mas bem claras explosões...⁴⁹

A política do encilhamento era mais uma vez a temática de uma “Historieta”, no caso em relação à ampla liberdade para a criação de fábricas e expedição de licenças e privilégios, típicas do Governo Provisório. Nesse sentido, fazia referência a um expediente que trazia o seguinte conteúdo: “Thomaz José de Campos – Indefiro o pedido de privilégio para a exploração de que trata o peticionário, por não ser caso disso”, tendo em vista que “o fabrico de pregos denominados – Pontas de Paris – não se pode considerar invenção”. A crítica de Cantu-Mirim se direcionava às atitudes do Presidente Deodoro, do político gaúcho Ramiro Barcelos e, como não poderia faltar, do próprio “Pato”, ou seja, Júlio de Castilhos, de modo que a coluna colocava em dúvida a idoneidade na concessão de privilégios por parte dos governantes:

Explorando os privilégios
de um tempo tão deo... odórico,

⁴⁹ ECO DO SUL. Rio Grande, 7 dez. 1890, a. 37, n. 284, p. 2.

PASQUINAGEM E SÁTIRA NA IMPRENSA RIO-GRANDINA

alguém já quis arranjar
um privilégio fosfórico.

O grande senhor Ramiro,
de vida tão romanesca,
já pediu o privilégio...
de conservar carne fresca!

Outro agora vem para a ponta
e um privilégio quis
para pregar o Rio Grande
só com pontas de Paris.

Falta só que um privilégio
peça o Ramiro, em reserva:
para o *pato*, quando morto,
em álcool ter... para conserva.⁵⁰

Sob o título “Congresso vegeto-animal”, J. J. Cezar tratou jocosamente os sobrenomes de alguns constituintes, que levariam, figurativamente, à formação de uma fauna e uma flora no ambiente parlamentar, sem deixar de citar o “gago e feio Pato”, em alusão mais uma vez a Júlio de Castilhos:

No Congresso há seis Machados
a destruir sete Pereiras,
três Pinheiros e Carvalhos
sete e quatro Oliveiras.

Três Nogueiras inda sobram
para dois Falcões abrigar.

⁵⁰ ECO DO SUL. Rio Grande, 13 dez. 1890, a. 37, n. 289, p. 2.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

Há três Coelhos, três Lobos
para os Carneiros devorar.

Uma Barata, um Besouro
de dois Pintos são regalo.
Pena é que no terreiro
não haja ao menos um Galo.

Há Trovão, Paleta, Almínio,
Cartaxo, Gordo, Curato;
mas o mais feroz dos bichos
é um gago, feio Pato!⁵¹

As discussões no Congresso e as acusações quanto a um suposto autoritarismo da presidência dos trabalhos foram identificadas a partir do “trecho de um discurso do congressista Eliseu Martins”, segundo o qual, “- Passando a outro assunto apela para o Congresso que via, ontem, o modo áspero, as maneiras de pedagogo, ou de mestre de escola”, pela qual teria sido “recebido pelo Sr. presidente - tom de mandão de serra acima, às primeiras palavras que ele orador pronunciou”. Perante tal circunstância, Cantu-Mirim, além de zombar da figura presidencial, especificamente com a “prudência” indicada em seu sobrenome, mais uma vez transformou em alvo a Júlio de Castilhos e Demétrio Ribeiro, outra liderança do republicanismo sul-rio-grandense:

Fato é que, no Congresso,
o *seu* Moraes, presidente,
nem sempre tem revelado

⁵¹ ECO DO SUL. Rio Grande, 17 jan. 1891, a. 38, n. 12, p. 2.

PASQUINAGEM E SÁTIRA NA IMPRENSA RIO-GRANDINA

ser Moraes e ser Prudente.

Uma vez ele deixou
o *pato* a gransnar aos bancos,
e na questão do Demétrio
foi além dos seus tamancos.

Isso não passa, porém,
de uma ou outra impertinência,
sem que o presidente altere
no falar a continência.

Portanto, ó *seu* Eliseu,
razão em você não acho:
se ele é de serra acima,
você é de costa abaixo...⁵²

Os assuntos abordados pelas “Historietas” chegaram a atravessar o oceano ao citar um “telegrama de Londres”, que dizia “que foi preso o famoso Jack – o estripador”. A coluna comentava o ocorrido, mas lamentava que, figurativamente, o assassino britânico não tivesse também eliminado todas as mazelas oriundas da ditadura que dominava o Brasil:

Afinal, caíste, ó Jack,
como patinho na lama.
A polícia da Inglaterra
vai fazer-te boa cama.

Tanto estripaste, que um dia
foste a parar obrigado.

⁵² ECO DO SUL. Rio Grande, 31 jan. 1891, a. 38, n. 24, p. 2.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

Será crível que não sejas
tu também bem estripado?

Se eu governo fosse, digo,
dar-te-ia absolvição,
perdoando tuas culpas,
mas com uma condição:

Havias tu de estripar,
com mão de mestre, segura,
todos os cancros funestos
desta reles ditadura!⁵³

O predomínio do capital internacional sobre o Brasil era outro tema que passou pela visão crítica de Cantu-Mirim, o qual lembrava um “telegrama de ontem” que dizia “que Londres está satisfeita pela eleição do generalíssimo Deodoro”. O poema satírico lembrava que a preeminência britânica no país era já histórica, em um quadro pelo qual as esperanças de que a nova forma de governo fosse estabelecer alguma limitação para tal domínio, cada vez mais caía por terra, demarcando mais uma decepção para com aquele Brasil de “doutores” e “militares”, em referência aos grupos que detinham o poder:

Se Londres está satisfeita,
é quanto basta, senhores,
pois Londres é quem governa
este país de doutores.

E de militares,
que bons serão

⁵³ ECO DO SUL. Rio Grande, 19 fev. 1891, a. 38, n. 39, p. 2.

PASQUINAGEM E SÁTIRA NA IMPRENSA RIO-GRANDINA

se fizerem outra
revolução!

Ela dá leis pela libra
Esterlina, lá se dá!
Deve Londres estar contente
com o nosso grão-papá!

Este é quem diz lá para Londres:
“Mais um cheque a descontar.
Viva o *bife*, pois sem bife
não pode a gente engordar!”

que viva Londres
que libras tem!
Viva o governo
e eu também!⁵⁴

O olhar negativo para com o regime ditatorial que dominava a forma de governo republicana foi mais uma vez abordado, em versos que imaginavam o dia da queda da ditadura e chegavam a duvidar da sanidade mental do mandatário do país:

Meus senhores, eu vos digo
que estou um tanto assustado,
pois ousei dizer que isto,
que de República é chamado,

está como na parreira
cacho de uva madura:
ou serve de pasto às moscas,
ou cai esta ditadura!

⁵⁴ ECO DO SUL. Rio Grande, 28 fev. 1891, a. 38, n. 47, p. 2.

O homem grande, do alto,
tem a bola em dirandina.
Não dá em bola o coitado!
Que cruel, que triste sina!...

Um dia foi ai palácio
um senador, o Esteves.
Perguntou-lhe: “Que há de novo!”
“Não sabe? morreu o Neves!”

O senador, homem sério,
tomado assim de improviso,
disse lá com os seus botões:
“Está sofrendo do juízo...”⁵⁵

João José Cezar demonstrava insatisfação também para com os atos adulatórios em torno do Presidente da República, como ao destacar a possibilidade que se cogitava de mudar o nome de uma localidade gaúcha, para homenagear o Presidente da República, citando o informe segundo o qual “consta que será apresentado à deliberação do governo do Estado o projeto para fundação da cidade de Deodorópolis, no município das Torres”. Em tom jocoso, o redator do *Eco do Sul* ridicularizava tal iniciativa e, mantendo a zombaria, demarcava que poderia fazer-se o mesmo em relação a Júlio de Castilhos:

Adeus, ó Torres querida,
tu vais ser Deodorópolis!
Foste a terra prometida...

⁵⁵ ECO DO SUL. Rio Grande, 11 mar. 1891, a. 38, n. 56, p. 2.
Não há Historieta com o número 211.

PASQUINAGEM E SÁTIRA NA IMPRENSA RIO-GRANDINA

Adeus, ó Torres repartida...
Heroica trajanópolis,
adeus... ó Torres querida,
tu vais ser Deodorópolis!

Por que não castilhonópolis
te fizeram, Torres minha?
Ó bengala de Petrópolis...
Por que não castilhonópolis,
casta Piragibelópolis,
moléstia que é quase *tinha*?
Por que não castilhonópolis
te fizeram, Torres minha?⁵⁶

Fazendo referência a vários medicamentos que eram considerados infalíveis e compatíveis com a cura dos mais variados males, a “Historieta” apontava para “um país tísico”, em estado “aflitivo”, que precisava ser curado:

Interessado, aflitivo,
dizia ontem um juiz:
“Que remédio vamos dar
a este tísico país?”

Respondeu doutor charlata:
“A linfa do Dr. Kope.”
Pois é remédio infalível
do Pasquier o xarope...⁵⁷

⁵⁶ ECO DO SUL. Rio Grande, 26 abr. 1891, a. 38, n. 94, p. 2.

⁵⁷ ECO DO SUL. Rio Grande, 5 jun. 1891, a. 38, n. 125, p. 2.

Outro poemeto trazia uma notícia publicada no jornal carioca *O País*, de acordo com a qual houvera “um choque de trens da Estrada Central”, passando a informar que “as locomotivas de ambos os trens chamavam-se uma *General Deodoro* e a outra *D. Pedro II*”; e, após o acidente, “a primeira ficou inutilizada, a segunda sofreu insignificantes avarias”. Utilizando-se da coincidência dos nomes, Cantu-Mirim apontava para aquilo que considerava como a força do imperador decaído, em comparação com a fraqueza do primeiro presidente do Brasil:

Tal tem sido este governo,
que os trens, no seu heroísmo,
exibem provas patentes
de atroz sem-vergonhismo!

O Pedro, caduco e velho,
teve uma ou outra avaria,
mas Deodoro, tão *novo*,
fez-se logo em ciscaria!

Até as locomotivas
parecem ser fatalistas!
Que glória para os malvados
dos nossos sebastianistas...⁵⁸

Fazendo uma corruptela com a denominação “Capital Federal”, J. J. Cezar citou “um juiz da Capital Funeral” que dera o seguinte “despacho ao requerimento de um pretor: - “Devolvo. Trate-me por

⁵⁸ ECO DO SUL. Rio Grande, 14 jun. 1891, a. 38, n. 133, p. 2.

PASQUINAGEM E SÁTIRA NA IMPRENSA RIO-GRANDINA

Ilmo. e Exmo. Sr., e finalize com o Deus guarde a V. Ex.", pois "não conheço as práticas de *cidadão* e *saúde e fraternidade*". Nos versos, reivindicava providências do Presidência Deodoro para tal desfeita em relação às formas de saudação que seriam típicas da República:

O Deodoro, maçado,
por causas de tantas rixas,
mandou que a fraternidade
cedesse o lugar... às bichas!

Este agora, que é juiz,
voltou às causas antigas,
por deveras estar cansado
de ouvir as novas cantigas.

Pois se o regime não passa
de velho já tararacas,
ponham em vez da chapa nova
- *Saúde e... muitas patacas!*...⁵⁹

Sob o título "Toque a música!" uma nova "Historieta" tecia críticas à política externa brasileira, especificamente no que se refere à disputa fronteiriça com a Argentina pela região das Missões, apontando para os erros de parte do Ministro das Relações Exteriores, Quintino Bocaiúva, e do próprio Congresso Nacional:

Tal mixórdia tem havido
por causa das tais Missões,
que anda a gente a toda a hora
a mudar de opiniões.

⁵⁹ ECO DO SUL. Rio Grande, 16 jun. 1891, a. 38, n. 134, p. 2.

Mestre Quintino, sabido
em negócios de embrulhada,
embrulhou toda essa gente
do Congresso-Trapalhada!

O tratado repele,
por ser mau – um desatino,
mas resolve convidar
para um banquete o Quintino!

Isso é coisa que parece
brincadeira de criança!
Salve-se a Pátria, em perigo
porém cuidemos da pança...⁶⁰

A tentativa de golpe de Estado perpetrado por Deodoro da Fonseca foi noticiada em poema intitulado “Aqui também!”, o qual citava que “telegrama à nossa Junta diz: “Governo dissolveu Congresso Nacional, convocando nova assembleia. Rio em paz, aqui também. – *Júlio Castilho*”. Nessa linha, além da crítica ao ato presidencial, J. J. Cezar já iniciava a atitude de buscar associar Júlio de Castilhos (escrito em seus textos, provocativamente, sem o “s” final) à atitude autoritária de Fonseca, levando em frente o caminho que levaria à derrocada do chefe republicano rio-grandense:

“Rio em paz, aqui também”,
disse, contrário ao boato,

⁶⁰ ECO DO SUL. Rio Grande, 11 ago. 1891, a. 38, n. 181, p. 2. (A data foi editada erroneamente, estampando 11, quando deveria ser 12 de agosto.)

PASQUINAGEM E SÁTIRA NA IMPRENSA RIO-GRANDINA

em telegrama à intendência
o senhor Castilho - o *pato*.

A coisa está me cheirando
a sermão encomendado,
pois ninguém falou em guerra
na capital do Estado.

Como do pato é de origem
a notícia, eu ratifico:
o recado telegráfico,
para mim, traz água no bico!⁶¹

Em seguida ao golpe de Estado, a “Historieta” apontava para as contradições do governo estadual, citando que “a *Federação* recebeu recado do chefe geral dos telégrafos”, com o seguinte conteúdo “Publicai que reina inteira tranquilidade nesta capital e que o manifesto do Presidente da República explicando os motivos da dissolução do Congresso”, fora “bem recebido”. *Cantu-Mirim* tripudiava tal informe do periódico castilhista, que apontava a existência de “tranquilidade” no Rio de Janeiro, dirigindo críticas a vários dos apoiadores ao ato golpista:

Publicai que reina inteira,
aqui, a tranquilidade!
Publicai que Manifesto
agrada a toda a cidade!

Publicai que Dom Lucena
por todos é festejado!

⁶¹ ECO DO SUL. Rio Grande, 7 nov. 1891, a. 38, n. 255, p. 2.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

Publicai que a tropa toda
está de joelho curvado!

Publicai que o grão Mayrink
não tem dores de barriga!
Publicai que o sargentaço
tem a mão fechada em figa!

Publicai que o pio Enéas,
tem sofrido os seus codilhos!
Publicai que o pato-gago
tem molhados os fundilhos!

E publicai, para remate,
que o povo, feito navalhas,
cortará rente as cabeças
de todos esses canalhas!⁶²

Derrotada a tentativa de golpe de Estado e com a queda de Júlio de Castilhos e de Deodoro da Fonseca, João José Cezar comemorou a vitória do movimento que ficou conhecido como “Revolução de 8 de Novembro”, que reivindicou a derrubada de tais governantes. De acordo com o jornalista estava encerrada a missão de combate, tanto que as “Historietas” duraram apenas mais algumas edições:

Eis-me aqui, depois da festa,
de todo já concluída.
Foi arriscada, confesso,
mas bem alegre a partida.

⁶² ECO DO SUL. Rio Grande, 8 nov. 1891, a. 38, n. 256, p. 2.

PASQUINAGEM E SÁTIRA NA IMPRENSA RIO-GRANDINA

Vi jeitos de não chegar
com vida ao fim deste ano;
mas, afinal, pus em fuga
todo o bando castilhano.

Agora, já se respira
livremente, Deus louvado!
E só vejo em tudo isto
um tipo desapontado.

A todos quantos cá vinham,
depois da Revolução,
procurou fazer fosquilhas,
pedindo apresentação.

Mas de todos conhecido
como eterno caradura,
fez sempre o pobre diabo
a mesma triste figura...

Deixando, porém de parte
os passados figurões,
de novo passo a tratar
das minhas obrigações.⁶³

Assim, a sátira “consiste na crítica das instituições ou pessoas, na censura dos males da sociedade ou dos indivíduos”. Ela é “vizinha da comédia, do humor, do burlesco e cognatos”, pressupondo “uma atitude ofensiva, ainda quando dissimulada”, pois “o ataque é a sua marca indelével” e “a insatisfação perante o estabelecido, a sua mola

⁶³ ECO DO SUL. Rio Grande, 12 dez. 1891, a. 38, n. 281, p. 2.

básica”⁶⁴. O conteúdo satírico traz consigo “a ridicularização da estultícia, da estupidez ou do vício”, com o “emprego da ironia do sarcasmo ou do ridículo para pôr a nu as fraquezas e os defeitos da humanidade”. A satirização “combina o bom humor e a agudeza de espírito com uma atitude crítica em relação às atividades e às instituições humanas”⁶⁵. Tal estratégia foi utilizada como mecanismo discursivo nos poemas escritos por J. J. Cesar na elaboração das “Historietas”. Sob o pseudônimo de Cantu-Mirim, o jornalista chegou a subverter a ordem discursiva do *Eco do Sul*, rompendo com o discurso dito sério, unívoco e monolítico e optando pela equivocidade e ambiguidade da jocosidade de seus versos. Para tanto não poupou críticas às forças governativas, mormente o castilhismo, sem deixar passar a conjuntura nacional, muitas vezes personalizada na figura de Deodoro da Fonseca, aliado de primeira hora de Júlio de Castilhos. Por meio de seus poemetas satíricos, Cesar estabeleceu um esforço concentrado para promover um ataque fígadal aos adversários, bem de acordo com a agitação política e os enfrentamentos partidário-ideológicos que marcaram a formação republicana sul-rio-grandense.

⁶⁴ MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. São Paulo: Cultrix, 1974. p. 469-470.

⁶⁵ SHAW, Harry. *Dicionário de termos literários*. Lisboa: Dom Quixote, 1978. p. 411-412.



COLEÇÃO RIO-GRANDENSE

A **Cátedra CIPSH (Conseil International de la Philosophie et des Sciences Humaines/UNESCO) de Estudos Globais da Universidade Aberta** e a **Biblioteca Rio-Grandense** reuniram esforços para editar a *Coleção Rio-Grandense*. Mais meridional unidade político-administrativa brasileira, o Rio Grande do Sul, tem uma formação prenhe em peculiaridades em relação às demais regiões do Brasil, estabelecendo-se uma sociedade original em vários de seus fundamentos. Da época colonial à contemporaneidade, a terra e a gente sul-rio-grandense foram edificadas a partir da indelével posição fronteiriça, resultando em verdadeira amalgama entre os condicionantes luso-brasileiros e platinos. A *Coleção Rio-Grandense* tem por intento fundamental a divulgação da produção intelectual acerca de variadas temáticas versando sobre o Rio Grande do Sul, com preferência para as abordagens de natureza cultural, histórica e literária.



UNIVERSIDADE
AbERTA

www.uaib.pt

Cátedra CIPSH
de Estudos Globais
2020-2025



BIBLIOTECA
RIO-GRANDENSE



9 786553 060104

ISBN: 978-65-5306-010-4